



MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA

PREGÃO ELETRÔNICO N. 011/2026
COMPRA GOV N. 90035

CONTRATANTE 986717
MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS GERADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM/SP

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

13 de maio de 2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/ EPP/ EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

PROCESSO N. 001049.000017/2026-11

PREGÃO ELETRÔNICO N. 011/2026

EDITAL N. 017/2026

O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM torna público que por meio da Secretaria de Suprimentos e Logística sediada à Rua Dr. José Alves, 129, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal n. 9.304, de 11 de junho de 2024, disponível em www.mogimirim.sp.gov.br - Publicações - Legislações - Decretos, e demais legislações aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos gerados pela Secretaria de Saúde do município de Mogi Mirim/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 3 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedades que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. sociedades cooperativas se o objeto versar sobre

- I - Limpeza, asseio, preservação e conservação;
- II - Limpeza hospitalar;
- III - Lavanderia, inclusive hospitalar;
- IV - Segurança, vigilância e portaria;
- V - Recepção;
- VI - Nutrição e alimentação;
- VII - Copeiragem;
- VIII - Manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- IX - Manutenção e conservação de áreas verdes;
- X - Assessoria de imprensa e de relações públicas;
- XI - Transporte interno mediante locação de veículos com condutor.

2.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.11. pessoas físicas;

2.6.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.5 e 2.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

3.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes

de definido o resultado do julgamento das propostas.

3.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.4 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio no sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.8 e 4.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de

tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.

5.11. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa 'aberto', os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa 'aberto e fechado', os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
- 6.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa 'fechado e aberto', poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.
- 6.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

6.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.21.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.2. empresas brasileiras;

6.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por

sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação deverá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS e CNEP.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. **[indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];**

7.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.9.1. conter vícios insanáveis;

7.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, que comprove:

7.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.12.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.13. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 7.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto
- 7.17. Caso o Termo de Referência exija apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.18. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

- 7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência
- 7.23. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:
- 7.23.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;
- 7.23.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e
- 7.23.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e
- 7.23.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.
- 7.25. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 7.26. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.27. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.
- 7.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva

sede;

- **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.1.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.2. A documentação relativa à **regularidade fiscal** consistirá em:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento

diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.3. A documentação relativa à **qualificação técnica** não poderá fazer menção a serviços prestados após a abertura da sessão pública e consistirá em:

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
- Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional competente em plena validade, tanto da empresa quanto de seus responsáveis técnicos.
 - Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
 - O Responsável Técnico poderá ser Engenheiro Civil, Sanitarista, Ambiental ou Químico
- Comprovante do “CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária” ou Alvará da Vigilância Sanitária, em nome da licitante referente ao seu município sede, compatível com o objeto da licitação.
- Licença de Operação (LO), para os Grupos A1, A2 (caso o sistema de tratamento esteja devidamente licenciado para tratar resíduos deste subgrupo) A4 e E, das unidades de tratamento de resíduos de serviço de saúde, emitida por órgão ambiental competente, em nome da Licitante.
- Licença de Operação (LO) do incinerador, para os Grupos A2, A3, A5 e B, emitida por órgão ambiental competente. Caso a licitante não seja proprietária do Incinerador, deverá apresentar Declaração indicando o Incinerador que utilizará e que receberá os resíduos de serviços de saúde relacionados neste item, bem como apresentar a LO do mesmo.
- Declaração indicando o Aterro Sanitário ou Industrial que será utilizado para destinação final dos resíduos, acompanhada da respectiva licença de operação (LO).
- Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura do município onde está instalada a empresa licitante, comprovando que a mesma esteja apta ao funcionamento da atividade objeto da licitação.
- Declaração formal que a empresa se incumbirá de providenciar o CADRI, no ato da assinatura do contrato.
- Relação explícita contendo nome, CPF do pessoal técnico especializado, essencial à realização dos serviços relacionados no objeto, incluindo engenheiro civil e/ou sanitarista e/ou ambiental, que sejam responsáveis pela empresa; supervisores, operadores de sistemas de esterilização, micro-ondas e incineração, motoristas e coletores.
- Relação dos veículos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte, relacionando marca, modelo, fabricante, capacidade, ano de fabricação, número de chassi e/ou placas do DETRAN.
- Comprovante da carteira de MOPP – Movimentação e Operação de Produtos Perigosos dos motoristas, devidamente Regulamentado, pelo artigo 145 da Lei nº. 9.503/97, Decreto nº 96.044/88, Resolução nº 168/04 do CONTRAN. Será aceita a apresentação da CNH dos motoristas relacionados que contenham a indicação do MOPP.
- Plano de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde proposto pela licitante, contendo os procedimentos a serem adotados em cada serviço.
- Declaração de responsabilidade dos serviços e por acidentes de trabalho ocorridos com os funcionários subcontratados.

8.3.1. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.3.1.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Secretaria de Saúde através do telefone (19) 3806.0356, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.3.1.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.3.2. Qualificação Técnica-Operacional

- Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - Para atendimento ao item considera-se:
 - 40.200 quilos - Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupos A1, A3, A4 e E
 - 1.500 quilos - Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo B
 - 18.480 quilos - Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo A2

8.3.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.3.2.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.3.2.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.3.2.4. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a idoneidade da entidade emissora.

8.3.2.5. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.4. A documentação relativa à **qualificação econômico-financeira** consistirá em:

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.4.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.4.2. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

8.4.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.4.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.4.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.4.7. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.8. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4.8.1. Para empresas declaradas como ME ou EPP, comprovar o enquadramento conforme Lei Complementar 123/2006.

8.5. **O licitante deverá apresentar ainda as seguintes declarações** sob pena de desclassificação:

- a) Declaração de fato impeditivo e que cumpre todos os requisitos de habilitação;
- b) Declaração de proteção ao menor e de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) Demais declarações;
- d) Declaração de cumprimento do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por Cartório competente, ou mediante publicação em órgão de Imprensa Oficial, ou ainda mediante assinatura por certificado digital ICP-Brasil.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. A habilitação poderá, a critério do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação ser verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas

8.15.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante

8.15.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inhabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail ssq@mogimirim.sp.gov.br.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sei.mogimirim.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&acao_origem=usuario_externo_enviar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.

11. DO TERMO CONTRATUAL OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. O contrato será assinada por meio de assinatura digital ICP-Brasil.

11.4. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.5. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

12. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

12.1. Recebimento

12.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

12.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que

pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2. **Forma de pagamento**

12.2.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.2.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.2.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.2.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.3. **Liquidação**

12.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.3.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade; a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.3.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.3.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.3.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação,

por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.3.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.3.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.3.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.4. **Pagamento**

12.4.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, para contrato de obras e no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente para os demais casos.

12.4.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

12.5. **Cessão de crédito**

12.5.1. Não serão admitidas cessões de crédito não fiduciárias.

13. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação durante o certame;

13.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

- 13.1.6. fraudar a licitação
- 13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 13.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 13.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 13.2.1. advertência;
 - 13.2.2. multa;
 - 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7, 13.1.8 e 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão de Contratação.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mogimirim.sp.gov.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência/Projeto Básico

Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial

14.11.3. ANEXO III - Modelo de Declaração de Fato Impeditivo de Habilitação

14.11.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Proteção ao Menor e Reserva de Cargos

14.11.5. ANEXO V - Modelo de Demais Declarações

14.11.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Atendimento ao art. 4º da Lei n. 14.133/2021

14.11.7. ANEXO VII - Modelo de Contrato/Ata de Registro de Preços

Mogi Mirim, 20 de abril de 2026.

MAURO NUNES JUNIOR

Secretário de Saúde

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA (SERVIÇOS - SEM M.O EXCLUSIVA)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos gerados pela Secretaria de Saúde do município de Mogi Mirim/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE 60 MESES	QUANTIDADE MÊS	QUANTIDADE 2026	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupos A1, A3, A4 e E	KG	402.000	6.700	53.600	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS
02	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo B	KG	15.000	250	2.000	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS
03	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo A2	KG	184.800	3.080	24.640	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados da **assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

O serviço é enquadrado como continuado, uma vez que sua execução é essencial, permanente e indispensável à manutenção das atividades rotineiras e ininterruptas da Administração Pública, garantindo a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços públicos prestados, não se caracterizando como demanda pontual ou execução por escopo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Município de Mogi Mirim gera Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) provenientes de sua ampla rede de assistência em saúde, os quais, em razão de suas características potencialmente infectantes, químicas e perfurocortantes, exigem tratamento específico e rigoroso, a fim de prevenir riscos à saúde pública e ao meio ambiente. A adequada gestão desses resíduos demanda a execução de serviços especializados, abrangendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada, em estrita observância às normas sanitárias e ambientais vigentes.

A RDC nº 222/2018 da ANVISA estabelece que todos os serviços geradores de RSS, tais como Unidades Básicas de Saúde, farmácias, Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), centros de especialidades, serviços de vigilância em saúde, entre outros, devem possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) devidamente implementado. O referido plano compreende um conjunto de procedimentos técnicos que envolvem as etapas de geração, segregação, acondicionamento, identificação, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, visando garantir a segurança sanitária, ocupacional e ambiental.

Nesse contexto, para assegurar o integral cumprimento das exigências legais e técnicas, o Município necessita contar com empresa especializada e devidamente licenciada, capaz de executar as etapas externas do gerenciamento dos RSS de forma segura, eficiente e contínua. A gestão inadequada desses resíduos pode acarretar graves riscos à saúde pública, expondo profissionais da saúde, usuários dos serviços e a população em geral a agentes patogênicos, além de provocar impactos ambientais significativos, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

Ressalte-se, ainda, que o Município não dispõe de infraestrutura própria para executar, de forma integral, todas as etapas do gerenciamento externo dos RSS, notadamente no que se refere à disponibilização de veículos apropriados para transporte especializado, instalações licenciadas para tratamento e tecnologias compatíveis com as exigências da Vigilância Sanitária, bem como ao atendimento das periodicidades e prazos legalmente estabelecidos.

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde revela-se, portanto, essencial e imprescindível para garantir a eficácia, a segurança e a

regularidade do gerenciamento desses resíduos, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas correlatas. O gerenciamento inadequado dos RSS representa risco concreto à saúde pública e ao meio ambiente, razão pela qual todas as etapas do processo devem ser executadas segundo critérios técnicos rigorosos e em estrita conformidade legal.

A presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada para assegurar a adequada gestão dos resíduos de serviços de saúde gerados pelas unidades vinculadas à Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, abrangendo coleta, transporte, tratamento e destinação final, incluindo as unidades próprias e aquelas mantidas por meio de contratos e convênios, tais como Unidades de Saúde, Pronto Atendimento, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Santa Casa local e Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), nos termos da Lei Municipal nº 4.991, de 05 de agosto de 2010, observadas as especificações técnicas e diretrizes legais aplicáveis.

Registre-se que o Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, há anos vem cumprindo a legislação sanitária e ambiental mediante a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos RSS, sendo o gerenciamento interno realizado sob a supervisão dos responsáveis de cada unidade de saúde, e o gerenciamento externo executado por empresa devidamente licenciada, garantindo a regularidade das coletas e o tratamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados.

Todavia, a empresa atualmente contratada manifestou formalmente a ausência de interesse na continuidade da prestação dos serviços ao término da vigência contratual, não sendo juridicamente possível a prorrogação do contrato. Diante desse cenário, torna-se imperiosa a realização de nova contratação, a fim de assegurar a continuidade de serviço essencial, evitar riscos sanitários, ambientais e legais, bem como impedir a interrupção das atividades das unidades de saúde municipais, garantindo a proteção da saúde pública, da segurança dos trabalhadores e do meio ambiente.

A ausência de contratação tempestiva poderá resultar no acúmulo de resíduos infectantes, no comprometimento das condições sanitárias das unidades de saúde, na exposição de servidores, usuários e da coletividade a riscos biológicos, bem como na eventual responsabilização do Município perante os órgãos de controle e fiscalização sanitária, ambiental e de contas, conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar nº 168 (SEI nº 001049.000017/2026-11).

A necessidade da contratação decorre do dever legal e institucional do Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, em observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, especialmente os previstos no artigo 37 da Constituição Federal, bem como ao cumprimento das normas sanitárias e ambientais aplicáveis, notadamente a RDC nº 222/2018 da ANVISA, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais legislações correlatas.

A execução do objeto encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos de planejamento e gestão governamental, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), atendendo ao disposto no artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes estabelecidas no Plano Municipal de Saúde, evidenciando a compatibilidade orçamentária e o planejamento prévio da contratação.

Ressalta-se que a não realização da contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) poderá acarretar graves consequências ao Município, nos âmbitos sanitário, ambiental, legal, administrativo, financeiro e institucional, conforme detalhado a seguir.

A ausência dessa contratação poderá resultar no acúmulo de resíduos infectantes nas unidades de saúde próprias, conveniadas e contratadas, com aumento significativo do risco de contaminação biológica de servidores, pacientes e da população em geral, além da possibilidade de proliferação de vetores e agentes patogênicos, comprometendo severamente as condições sanitárias das Unidades de Saúde, Pronto Atendimento, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e Santa Casa, bem como gerando risco concreto de interdição das unidades pela Vigilância Sanitária, com impacto direto na continuidade e segurança da assistência à saúde.

A não execução da contratação representa, portanto, riscos elevados e inaceitáveis ao Município, tornando imprescindível a manutenção da contratação para assegurar a continuidade de serviço público essencial e o cumprimento da legislação vigente. Os principais riscos identificados são os seguintes:

- **Risco Sanitário (crítico)**

- Acúmulo de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes nas unidades de saúde;
- Exposição de servidores, pacientes e da população a agentes biológicos;
- Aumento da incidência de infecções, acidentes com materiais perfurocortantes e contaminações cruzadas;
- Possibilidade de interdição parcial ou total de unidades de saúde pelos órgãos de Vigilância Sanitária.

- **Risco de descumprimento Legal**

- Não atendimento às disposições da RDC ANVISA nº 222/2018;
- Violação da Resolução CONAMA nº 358/2005;
- Descumprimento da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Inobservância da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao princípio da continuidade do serviço público.

- **Risco de responsabilização do Gestor**

- Apontamentos, determinações e sanções pelos órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas;
- Responsabilização administrativa, civil e pessoal dos gestores públicos;
- Possível caracterização de omissão na prestação de serviço público essencial;
- Risco de instauração de procedimentos pelo Ministério Público.

- **Risco de interrupção dos Serviços de Saúde**

- Impossibilidade de funcionamento regular das unidades de saúde;
- Suspensão de atendimentos por ausência de condições sanitárias adequadas;
- Comprometimento da assistência à saúde da população e do acesso aos serviços públicos essenciais.

- **Risco Ambiental**

- Descarte inadequado de resíduos perigosos;
- Contaminação do solo, da água e do ar;
- Geração de passivo ambiental para o Município;
- Aplicação de multas e sanções ambientais pelos órgãos competentes.

- **Risco Financeiro**

- Aplicação de multas sanitárias e ambientais;
- Necessidade de contratações emergenciais, geralmente com custos mais elevados;
- Aumento do custo final do serviço;
- Possíveis glosas de recursos e prejuízos ao erário.

- **Risco Institucional e de Imagem**

- Danos à imagem da Administração Pública;
- Perda de credibilidade junto à população;
- Repercussão negativa junto aos órgãos de controle e à imprensa.
- Conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar nº 168 (SEI nº 001049.000017/2026-11), a materialização desses riscos compromete diretamente o interesse público, a continuidade dos serviços de saúde e a segurança sanitária e ambiental do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Em atendimento ao disposto no artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise das alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade da Administração, considerando os aspectos técnicos, operacionais, legais, econômicos, ambientais e de planejamento, especialmente no que se refere à gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pela rede municipal de saúde.

Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de execução direta pela Administração dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos RSS. Tal alternativa mostrou-se inviável, em razão da inexistência de infraestrutura própria adequada, da ausência de licenciamentos sanitários e ambientais, da necessidade de elevados investimentos iniciais, da complexidade operacional envolvida e do risco elevado de descumprimento das normas vigentes, notadamente a RDC ANVISA nº 222/2018, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Lei nº 12.305/2010, além do aumento significativo do risco de responsabilização do Município.

Em contrapartida, a contratação de empresa especializada e devidamente licenciada revelou-se a alternativa mais viável e vantajosa, por assegurar o cumprimento integral das normas sanitárias e ambientais, dispor de capacidade técnica, estrutura operacional, equipamentos adequados e pessoal capacitado, além de garantir maior regularidade, segurança e controle na execução dos serviços. Tal solução apresenta melhor relação custo-benefício, ao evitar investimentos permanentes pela Administração e mitigar riscos sanitários, ambientais, legais e operacionais.

Diante da análise comparativa realizada, concluiu-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) é a solução que melhor atende ao interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, segurança jurídica, sustentabilidade e continuidade do serviço público, conforme preconiza o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A solução adotada foi definida considerando todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo as seguintes etapas: planejamento da contratação, com elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência; geração, segregação, acondicionamento e identificação dos resíduos nas unidades de saúde, em conformidade com seus respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS); coleta e transporte externo dos resíduos por empresa especializada, com veículos e equipamentos adequados e licenciados; tratamento dos resíduos em instalações devidamente autorizadas, de acordo com sua classificação; destinação final ambientalmente adequada, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); e, por fim, o monitoramento, fiscalização e avaliação da execução contratual, garantindo o cumprimento integral do objeto, a observância da legislação aplicável e a promoção do interesse público.

A consideração integral do ciclo de vida do objeto assegura que a solução adotada seja tecnicamente adequada, economicamente eficiente, ambientalmente sustentável e juridicamente segura, reduzindo riscos ao Município e garantindo a continuidade de serviço público essencial, em especial no âmbito da assistência à saúde.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A execução do objeto deverá atender integralmente às normas técnicas, regulamentações e boas práticas aplicáveis, assegurando a conformidade legal, a segurança sanitária, a proteção ambiental e a qualidade dos serviços contratados. A contratada deverá manter-se permanentemente atualizada quanto à legislação vigente, bem como observar manuais, normas técnicas, orientações e diretrizes específicas que venham a ser indicadas no edital, no Termo de Referência ou pela Administração durante a execução contratual.

Requisitos Técnicos Essenciais

O objeto da contratação deverá atender aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, contemplando, no mínimo, as condições a seguir descritas.

Habilitação Técnica e Legal

A empresa deverá ser especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), devendo comprovar sua capacidade técnica por meio da apresentação de:

- Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) ou acompanhado(s) das informações necessárias à verificação de sua autenticidade;
- Comprovação da execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, em termos de características, complexidade, quantidades e prazos, demonstrando aptidão para a execução dos serviços pretendidos.

Licenciamento Ambiental

A empresa deverá possuir licenciamento ambiental vigente, emitido pelo órgão ambiental competente, compatível com o objeto da contratação, que autorize expressamente:

- A coleta e o transporte de resíduos perigosos;
- O tratamento e a destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), conforme a classificação aplicável.

O licenciamento deverá estar válido durante toda a vigência contratual, cabendo à contratada a responsabilidade pela sua manutenção, renovação e atualização, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Atendimento à Legislação e às Normas Técnicas

A contratada deverá cumprir integralmente a legislação e as normas técnicas aplicáveis à execução do objeto, responsabilizando-se pela observância permanente, durante toda a vigência contratual, especialmente das seguintes disposições, sem prejuízo de outras que venham a incidir:

- RDC ANVISA nº 222/2018, que dispõe sobre as boas práticas de gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde;
- Resolução CONAMA nº 358/2005, que trata do tratamento e da disposição final dos resíduos dos serviços de saúde;
- Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis ao objeto da contratação;
- Normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) relativas ao transporte de produtos perigosos;
- Legislação estadual e municipal pertinente, incluindo normas sanitárias, ambientais e de transporte.

O descumprimento de quaisquer das normas mencionadas sujeitará a contratada às penalidades previstas em lei e no contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Infraestrutura e Equipamentos

A contratada deverá disponibilizar veículos próprios ou legalmente vinculados, em quantidade suficiente para atender à demanda do contrato, os quais deverão estar:

- Devidamente licenciados pelos órgãos competentes;
- Identificados externamente para o transporte de Resíduos de Serviços de Saúde, conforme exigências legais e regulamentares;
- Adequados às normas de segurança, contenção e acondicionamento, garantindo a integridade dos resíduos durante a coleta e o transporte, a proteção dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.
- Os veículos deverão atender integralmente às exigências das normas sanitárias, ambientais e de trânsito aplicáveis, bem como às diretrizes estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

A prestação do serviço caracteriza-se por seu caráter contínuo, considerando que:

a) é necessária à Administração Pública, por se tratar de atividade indispensável à manutenção das condições sanitárias e ambientais das unidades de saúde municipais;

b) possui demanda permanente e prolongada, decorrente da geração contínua de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) no âmbito da rede pública, conveniada e contratada de assistência à saúde;

c) é essencial para garantir a segurança sanitária das instalações e o funcionamento adequado das unidades de saúde, evitando riscos à saúde pública, aos trabalhadores e aos usuários dos serviços;

d) estende-se por mais de um exercício financeiro, em razão da natureza permanente da atividade e da necessidade de continuidade do serviço;

e) não pode sofrer solução de descontinuidade, sob pena de comprometimento das condições sanitárias, ambientais e operacionais das unidades de saúde;

f) apresenta caráter de habitualidade, uma vez que a atividade deve ser executada de forma regular, sistemática e permanente, mediante contratação de terceiros especializados;

g) possui caráter de essencialidade, tendo em vista que a interrupção da coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde pode implicar em:

- Acúmulo de resíduos de serviços de saúde nas unidades geradoras;
- Proliferação de vetores e agentes patogênicos, com risco de doenças infecciosas;
- Infração à legislação sanitária e ambiental vigente;
- Risco de interdição das unidades de saúde pelos órgãos fiscalizadores;
- Comprometimento da continuidade e da segurança da assistência à saúde prestada à população.
- Diante dessas características, o serviço enquadra-se como serviço contínuo, nos termos da legislação vigente, justificando a contratação com vigência compatível com sua natureza permanente, bem como a possibilidade de prorrogação, desde que demonstrada a vantagem para a Administração e o atendimento ao interesse público.

A prestação do serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) caracteriza-se pelos seguintes aspectos:

• Rigorosa Regulamentação Legal e Normativa

Trata-se de serviço altamente especializado, submetido a extensa e rigorosa regulamentação sanitária, ambiental e de segurança, exigindo a observância de protocolos técnicos específicos, bem como a manutenção de licenciamento ambiental válido, emitido pelo órgão competente, para todas as etapas do gerenciamento dos resíduos.

• Necessidade de Equipe Qualificada e Treinada

A coleta, o manuseio, o transporte e o tratamento dos resíduos devem ser realizados exclusivamente por profissionais capacitados, treinados e devidamente habilitados, com conhecimento técnico sobre os riscos envolvidos. É obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, de forma a garantir a integridade física dos trabalhadores e a mitigação de riscos ocupacionais.

• Tratamento Diferenciado Conforme a Classificação dos Resíduos

O tratamento dos resíduos deve observar sua classificação por grupos, conforme a legislação vigente.

Resíduos dos Grupos A e E exigem tratamento prévio para a inativação de agentes patogênicos, por meio de tecnologias apropriadas, como autoclavagem ou incineração;

Os resíduos químicos deverão ser submetidos a tratamento por incineração, em equipamento devidamente licenciado ambientalmente, assegurando a neutralização de seus riscos.

• Disposição Final Ambientalmente Adequada

A destinação final dos resíduos deve ocorrer exclusivamente em locais licenciados, tais como aterros sanitários ou industriais, que atendam aos critérios técnicos, sanitários e ambientais exigidos pelos órgãos competentes, garantindo a proteção da saúde pública e do meio ambiente.

• Cadeia Integrada de Procedimentos Técnicos

A prestação do serviço de gerenciamento de RSS vai muito além do simples recolhimento de resíduos, envolvendo uma cadeia integrada e contínua de procedimentos técnicos, administrativos e operacionais, que visam prevenir riscos sanitários, ambientais e ocupacionais, assegurando a conformidade legal e a segurança coletiva.

• Observância de Normas Específicas

O serviço é regido por legislação federal, estadual e municipal, destacando-se, entre outras:

- RDC ANVISA nº 222/2018;
- Resoluções CONAMA nº 358/2005, nº 316/2002 e nº 237/1997;
- Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
- Normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- Demais normas correlatas vigentes.

• Licenciamento Ambiental Obrigatório

As empresas responsáveis pela coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS deverão possuir licenças ambientais e autorizações específicas, válidas e compatíveis com todas as etapas do serviço, emitidas pelos órgãos competentes, incluindo órgãos ambientais estaduais ou municipais e demais autoridades reguladoras, quando aplicável.

Quanto ao propósito, a prestação do serviço caracteriza-se por:

- a) assegurar a segurança sanitária e ambiental, mediante a execução adequada e tempestiva das atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) garantir a destinação ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em conformidade com sua classificação e com as exigências legais e normativas vigentes;
- c) prevenir, mitigar e minimizar riscos de contaminação do solo, da água e do ar, contribuindo para a proteção dos recursos naturais e para a redução de impactos ambientais;
- d) assegurar a conformidade dos estabelecimentos assistenciais de saúde com as normas e diretrizes expedidas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores, especialmente a ANVISA e o CONAMA;
- e) promover a preservação do meio ambiente e a proteção da saúde pública, em observância aos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

No que se refere à estratégia de execução, após a análise das alternativas disponíveis, verificou-se que a terceirização da atividade apresenta-se como a solução mais adequada, eficiente e economicamente viável, em consonância com a tendência adotada nacional e internacionalmente para a execução de atividades-meio, permitindo à instituição concentrar seus esforços na atividade-fim assistencial em saúde.

A opção pela execução indireta justifica-se, especialmente, pelos seguintes fatores:

- a) Economia e racionalidade de custos, tendo em vista que a execução direta demandaria investimentos de elevado vulto para aquisição de caminhões específicos e adaptados, equipamentos de tratamento de resíduos (tais como autoclaves e incineradores), além de infraestrutura adequada para operação e manutenção;
- b) Complexidade e custo do licenciamento ambiental, que envolve procedimentos técnicos rigorosos, prazos prolongados e autorizações específicas junto a órgãos ambientais e sanitários competentes;

- c) Necessidade de contratação, capacitação contínua e manutenção de equipe própria altamente especializada, com observância de normas de segurança do trabalho e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;
- d) Maior flexibilidade operacional, permitindo o ajuste da quantidade de mão de obra, veículos e recursos conforme a variação da demanda, inclusive em situações excepcionais que impliquem aumento ou redução do volume de resíduos;
- e) Elevação da qualidade e da segurança do serviço, uma vez que empresas especializadas atuam com foco exclusivo nesta atividade, acompanham inovações tecnológicas, investem continuamente em equipamentos, processos, capacitação técnica e atualização normativa.

Diante da diversidade, complexidade técnica e elevado grau de especialização exigidos para a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde, conclui-se que não seria razoável nem eficiente que uma instituição cuja missão institucional é a prestação de assistência à saúde assumisse diretamente a execução deste objeto, razão pela qual a terceirização se mostra a alternativa mais adequada, sob os aspectos técnico, econômico, operacional, ambiental e jurídico.

Com a contratação de empresa especializada para a coleta, transporte externo, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a principal vantagem reside na garantia da segurança ambiental e sanitária, assegurando que todo o ciclo de manejo dos resíduos seja realizado em estrita conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas técnicas.

A execução por empresa devidamente licenciada e tecnicamente habilitada reduz significativamente os riscos de contaminação do solo, da água e do ar, bem como a exposição de trabalhadores, usuários dos serviços de saúde e da população em geral a agentes biológicos, químicos e perfurocortantes. Ademais, assegura a rastreabilidade dos resíduos, o cumprimento dos prazos de coleta, o tratamento adequado conforme a classificação dos resíduos e a disposição final em locais ambientalmente licenciados.

Sob o aspecto administrativo e econômico, a contratação especializada evita a assunção, pelo Município, de investimentos elevados em infraestrutura, equipamentos e licenciamento ambiental, além de mitigar riscos de sanções por descumprimento de normas sanitárias e ambientais. Dessa forma, a solução contratual apresenta-se como mais vantajosa, eficiente e segura, atendendo ao interesse público e aos objetivos da Administração, nos termos do art. 11 e do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Para a caracterização da prestação de serviço, adotam-se as seguintes definições e premissas:

A contratação de empresa especializada para a coleta, pesagem, transporte externo, tratamento e destinação/disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) apresenta como principal vantagem a garantia da segurança ambiental e sanitária, assegurando o manejo adequado dos resíduos em todas as etapas do seu ciclo de vida, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas técnicas.

Especificação da Prestação de Serviço

A especificação da prestação do serviço, em todas as suas etapas, encontra-se estabelecida e regulamentada pela RDC ANVISA nº 222/2018, que disciplina o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, bem como pelas demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

A solução adotada para suprir a demanda contínua de pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação e/ou disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos “A” (Infectantes), “B” (Químicos) e “E” (Perfurocortantes), de forma ininterrupta, eficiente, confiável e dentro dos padrões de qualidade exigidos, considerando a especificidade e os quantitativos de resíduos gerados pelas Unidades abrangidas por este Termo de Referência, consiste na contratação de empresa especializada.

A empresa contratada deverá possuir licenciamento ambiental válido, bem como capacidade técnica, operacional e funcional comprovada, apta a executar integralmente o objeto contratado em estrita consonância com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, garantindo a proteção da saúde pública, dos trabalhadores envolvidos e do meio ambiente.

Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre a obtenção do menor custo global possível e o atendimento pleno, contínuo e seguro das necessidades das Unidades geradoras de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) abrangidas por este Termo de Referência, assegurando a adequada prestação do serviço sem prejuízo da qualidade, da segurança sanitária e da conformidade ambiental.

Classificação do Objeto

O objeto da contratação — pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação/disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), classificados nos Grupos “A” (Infectantes), “B” (Químicos) e “E” (Perfurocortantes) — enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência e cujas especificações são usuais e amplamente praticadas no mercado.

Tal enquadramento fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- A legislação vigente estabelece parâmetros técnicos, operacionais e ambientais claros, objetivos e obrigatórios para a execução do serviço, notadamente a RDC ANVISA nº 222/2018 e as Resoluções CONAMA aplicáveis;
- Há disponibilidade do objeto no mercado, sendo o serviço passível de contratação a qualquer tempo;
- Existem empresas regularmente constituídas, licenciadas e autorizadas pelos órgãos ambientais competentes, aptas a executar a prestação do serviço;
- O serviço apresenta padronização, com atributos essenciais previamente definidos de forma objetiva e uniforme, possuindo características técnicas praticamente invariáveis, ou sujeitas apenas a variações mínimas, sem prejuízo do desempenho esperado;
- A modelagem da prestação do serviço, conforme descrita neste Termo de Referência, não contém peculiaridades sui generis ou exigências personalizadas que afastem o caráter comum do objeto, sendo apta a satisfazer necessidades ordinárias da Administração Pública.

Dessa forma, o serviço em apreço não demanda soluções técnicas singulares ou diferenciadas, enquadrando-se como serviço comum, plenamente compatível com os instrumentos e modalidades previstos na Lei nº 14.133/2021.

Pesagem, Calibração, Controle Metrológico e Rastreabilidade dos Rss

- Será de responsabilidade integral da Contratada disponibilizar, para cada Unidade de Saúde abrangida por este Termo de Referência, balança fixa destinada exclusivamente à pesagem de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), compatível com os volumes gerados, devidamente instalada, calibrada e certificada, observadas as normas metrológicas aplicáveis.
- Diariamente, antes da realização da coleta, deverá ser efetuada a verificação da calibração da balança, independentemente do modelo do equipamento, como condição prévia para a pesagem dos resíduos.
- Para fins de aferição, será utilizada bombona plástica padrão, com capacidade de 200 litros, destinada ao acondicionamento de RSS. O peso da bombona vazia deverá ser previamente aferido, no momento da verificação, na presença da Fiscalização da Unidade, sendo o valor efetivamente constatado registrado em planilha própria, que permanecerá sob a guarda da Fiscalização.
- O peso da bombona vazia constitui a tara do recipiente, a ser utilizada como referência para o correto apuramento do peso líquido dos resíduos coletados, sendo vedada a adoção de valores fixos ou presumidos sem aferição prévia.
- Nos casos em que a balança utilizada possuir sistema automatizado de tara, deverá ser verificado, quando da pesagem da bombona vazia, o correto zeramento do equipamento, de modo a assegurar a precisão da medição.
- Nos casos em que a balança não dispuser de sistema automatizado de tara, o peso líquido dos resíduos será obtido mediante a subtração do peso da bombona vazia (tara aferida) do peso bruto total registrado no momento da pesagem. A pesagem dos resíduos classificados nos Grupos A, B e E deverá ser realizada nas dependências da Unidade de Saúde, concomitantemente à coleta, garantindo transparência, rastreabilidade e controle administrativo.
- A calibração periódica das balanças deverá ser realizada pela Contratada sempre que necessário, durante toda a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a Contratante, observadas as recomendações do fabricante e as exigências metrológicas legais.
- As balanças deverão possuir certificação válida emitida por órgão metrológico competente, com selo de calibração vigente, devendo o respectivo comprovante permanecer disponível nas Unidades de coleta para fins de fiscalização.
- As manutenções preventivas e corretivas, bem como as substituições temporárias ou definitivas das balanças, quando necessárias, constituem obrigação exclusiva da Contratada, devendo ser realizadas de forma a não interromper ou prejudicar a prestação do serviço.
- Sempre que houver substituição de equipamento, a balança deverá ser aferida previamente à entrada em operação, com registro em planilha própria.
- A pesagem dos resíduos deverá ser realizada obrigatoriamente na presença simultânea de representantes da Contratante e da Contratada, assegurando a fidedignidade dos dados registrados, que servirão de base para o controle, fiscalização e faturamento do contrato.

Registro, Controle e Validação dos Quantitativos de Resíduos

- Os quantitativos de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados nas Unidades de Saúde deverão ser pesados por grupo, conforme classificação normativa vigente, e registrados diariamente na própria Unidade, em formulário específico de controle, contendo, no mínimo: data, horário da coleta, identificação do veículo coletor e assinatura dos prepostos da Contratante e da Contratada, como forma de assegurar a fidedignidade das informações.
- As Unidades de Saúde deverão preencher os formulários de registro de coleta em conformidade com o Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, ou sistema equivalente, desde que formalmente indicado e aceito pela Contratante, devendo manter cópia arquivada na Unidade e juntar a documentação pertinente aos respectivos processos de pagamento.
- Ao término de cada período mensal, os formulários de registro e controle deverão ser conferidos, validados e atestados pelo gestor da Unidade de Saúde e pelo fiscal do contrato, constituindo-se em documentação comprobatória da quantidade de resíduos coletados e da regularidade da prestação do serviço, devendo ser encaminhados ao preposto da Contratada e

integrar, obrigatoriamente, os processos de medição e pagamento.

- Os registros de pesagem, formulários e controles mencionados neste item servirão como base objetiva para a fiscalização contratual, a medição dos serviços executados e o pagamento, assegurando transparência, rastreabilidade e controle administrativo, nos termos da legislação aplicável.
- Em atendimento ao disposto no art. 47, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, este Termo de Referência observa o princípio da padronização, assegurando compatibilidade entre as especificações técnicas, operacionais e de desempenho, de modo a garantir uniformidade na execução do objeto e eficiência na fiscalização contratual.

Início da Execução

O início da execução do objeto dar-se-á em até 01 dia, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço, o que ocorrer por último, observado o prazo máximo necessário para a mobilização operacional da Contratada.

Métodos, Rotinas E Procedimentos Operacionais

- A prestação dos serviços compreenderá, de forma contínua e ininterrupta, as seguintes etapas operacionais:
 - Pesagem dos resíduos nas Unidades de Saúde e outras, por grupo (A, B e E), no momento da coleta, com utilização de balanças devidamente calibradas;
 - Coleta dos Resíduos de Serviços de Saúde, conforme frequência estabelecida neste Termo de Referência e de acordo com a demanda de cada Unidade;
 - Transporte externo em veículos licenciados, identificados e adequados às normas ambientais e sanitárias vigentes;
 - Tratamento dos resíduos, mediante tecnologia ambientalmente adequada, licenciada pelo órgão competente;
 - Destinação e/ou disposição final ambientalmente adequada, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis;
 - Registro, controle e rastreabilidade, por meio de formulários próprios, Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou sistema equivalente aceito pela Contratante;
 - Todos os procedimentos deverão ser executados de forma padronizada, segura e rastreável, garantindo a integridade ambiental, sanitária e administrativa da prestação do serviço.

Frequência e Periodicidade

- A frequência e periodicidade dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação/disposição final dos resíduos serão definidas de acordo com a demanda e o volume de resíduos gerados por cada Unidade, observando-se, no mínimo, as rotinas estabelecidas neste Termo de Referência e assegurando a continuidade do serviço.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

A execução do objeto será considerada estruturada nas seguintes etapas:

Etapas	Descrição	Período
Etapa 1	Mobilização operacional e adequação logística	A partir da assinatura do contrato ou da Emissão da Ordem de Serviço
Etapa 2	Início da coleta regular e demais etapas do serviço	Após emissão da Ordem de Serviço
Etapa 3	Execução contínua e ininterrupta do serviço	Durante toda a vigência contratual

Cronograma de Execução

- A execução dos serviços obedecerá a cronograma operacional previamente definido, compatível com a natureza contínua do objeto, contemplando:
 - Mobilização inicial da Contratada;
 - Início das coletas regulares;
 - Execução contínua das etapas de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação;
 - Consolidação mensal dos dados para fins de fiscalização, medição e pagamento.
- O cronograma poderá ser ajustado, mediante justificativa técnica e anuência da Fiscalização do Contrato, sem prejuízo da continuidade do serviço e do atendimento às normas vigentes.

Local e horário da prestação dos serviços

LOCAL - UNIDADE E ENDEREÇO	PERIODICIDADE DE COLETA
ALMOXARIFADO SAÚDE (Farmácia alto custo e processos) Av. Adib Chaib, 2250 – Centro - Telefone – 3805- 4963	três dias na semana
APAE Av. Jacarei 585 – Jd 31 de Março	5º feiras
BEM ESTAR ANIMAL (BEA) Joaquim Guerreiro Dias, 111 - Jardim Panorama	três dias na semana
Casa Laranjeira e Casa -Mogi Mirim Rod Wilson Finardi SP 191 , KM 7,4 - Centro	5º feiras
CCZ – Centro Controle Zoonose - Solange Maria Chubba (MIRANTE) R. Joaquim Dias Guerreiro, 111 fundos - Telefone – (19) 3862-4382, 3806-1418	três dias na semana
CEMM – Centro Especialidades de Mogi Mirim –Carlos Guilherme Hofling Neste complexo a 06 blocos (CEMM/VS/Laboratório/ Transporte/Reabilitação e SAMU) - Av. Adib Chaib, 1001 – Vila São José	três dias na semana
Farmácia Gratidão Rua Marciliano, 351 – centro - Telefone – (19) 3804-5061	duas vezes na semana
ILPI Sociedade Santo Antônio Rua manaus,226 – Jd Getúlio Vargas	três dias na semana
ILPI Instituto Coronel João Leite Rua Marciliano , 610 - Centro	duas vezes na semana
ILPI São Francisco Rua Benedita Cunha Campos, 299 – Jd Nazaré	duas vezes na semana
Lar Maria Nazaré Av. Nelson Patelli, 79 – Pq Imprensa	duas vezes na semana
Santa Casa de Misericórdia Rua Maestro Azevedo, 124 - Centro	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS – Abílio Guarnieri (SANTA CRUZ) Rua Rio de Janeiro, 823 - Santa Cruz - Telefone - (19) 3804-3284, 3806-1872	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS – DR MARCELO ORLANDI (ATERRADO) Rua Domingos dos Santos, 105 – Aterrado Telefones – (19) 3804-3268, 3806-1598	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS - Dr. VANDERLEI SILVA BUENO (VILA DIAS) Rua Cuba, 20 – Vila Dias Telefones – (19) 3804-3840, 3806-1663	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS – José Antonio Villa Nova (JD. PLANALTO) Rua Sebastião Milano Sobrinho, 1445 – (Avenida Principal) = Telefone – (19) 3804-3259	3º e 5º feiras
UNIDADE APS -Dr Antonio Albejante Filho- MOGI MIRIM II Rua Timbiras, 51 – Mogi Mirim II - Telefones – (19) 3806-3860, 3806-5594	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS -Dr. Geraldo Freire (SANTA CLARA) Rua Estanislau Kroll, 45 - Santa Clara - Telefone - (19) 3804-3901, 3805-4773	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS Córrego Azul - Rural Noroeste Estrada Velha de Conchal , 0, Sétimo Biazoto	5ª feira
UNIDADE APS Piteiras - Rural Sudeste Rodovia dos Agricultores, km 1,5 – SP 147	5ª feira

UNIDADE APS- Patrono Dr. Hermes Neto de Araújo (MARTIM FRANCISCO) Av. Luiz Pilla, nº 1350 – Martim Francisco (avenida principal) - Telefone – (19) 3805-1130	duas vezes na semana
UNIDADE APS - DR. José Antônio Seixas Pereira - SEHAC Rua Peru, 20 – SEHAC Telefones – (19) 3806-6662, 38054879	3º e 5º feiras
UNIDADE APS - Dr. Norberto Araújo Coelho (MARIA BEATRIZ) Rua Juvenal Toledo, 120 – Maria Beatriz - Telefone - (19) 3804.3894, 3806.1789	3º e 5º feiras
UNIDADE APS -Patrono José Jorge Modena - PQ ESTADO Rua Ana Zuliane, 248 – Parque do Estado II -Telefone – (19) 3804-3831	3º e 5º feiras
UNIDADE APS – Darci Mariotoni (JD. PAULISTA) Rua Dr. Décio Pereira de Queiroz Telles, 447 – Jd Paulista - Telefones – (19) 3804-1317, 3805-4796	SEMANAL
UNIDADE APS Gabrielzinho – Rural Sudeste SP 340 – km149 – bairro dos Campos	semanal a combinar - equipe itinerante
UNIDADE APS Horto Vergel - Rural Sudeste Rodovia Clodoaldo de Paiva (SP 147), KM 51 Agrovila, Horto de Vergel	5ª feira
UNIDADE APS Pederneiras - Rural Noroeste Rodovia Limeira – KM / Praça São José, 0, Rodovia Engenheiro J, Mogi Mirim	6ª feira
UPA 24 HORAS Rua Elzio Mariotoni, 369 – ALTO do MIRANTE	2ª, 4ª e 6ª feiras
Unidade Zona Norte em construção	
Unidade Zona Leste em construção	

A **coleta, transporte e tratamento de resíduos de saúde** será uma vez na semana, chegando duas e três vezes em outras. Portanto, a empresa contratada deverá apresentar um **escalonamento de coleta semanal em cada unidade de serviço com hora**, sendo que o horário deve ser entre **7h e 16h**. Esta escala deverá ser acordada com a contratada, no caso a Secretaria de Saúde. A empresa também deverá garantir que todos os procedimentos sejam realizados conforme as normas e exigências legais para a gestão de resíduos da saúde, garantindo a segurança e a eficiência no processo.

Os serviços serão prestados no seguinte horário:

- Os serviços de pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação/disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) serão prestados em dias e horários previamente definidos em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, observadas as rotinas de funcionamento das Unidades de coleta e as normas sanitárias e ambientais vigentes.
- A coleta deverá ocorrer, preferencialmente, em horário compatível com o funcionamento regular das Unidades, de modo a não comprometer a assistência à saúde, a segurança dos usuários e trabalhadores, nem a logística interna das unidades.
- Quando necessário, em situações excepcionais ou emergenciais, devidamente justificadas, a Contratada deverá realizar a prestação do serviço em horários diferenciados, inclusive fora do horário administrativo, sem prejuízo da continuidade do serviço, mediante solicitação da Contratante ou da Fiscalização do Contrato.
- Os horários específicos de coleta por Unidade poderão ser ajustados ao longo da execução contratual, desde que mantidas a regularidade, a frequência mínima e a eficiência do serviço, não caracterizando alteração do objeto contratual.

Materiais a serem disponibilizados

- Para a perfeita execução dos serviços de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação/disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a Contratada deverá disponibilizar, por sua exclusiva responsabilidade e às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e insumos necessários à adequada execução do objeto contratual, em quantidade suficiente e qualidade compatível com as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.
- Os materiais e equipamentos disponibilizados deverão ser adequados, certificados quando exigido, mantidos em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, promovendo-se a imediata substituição sempre que apresentarem desgaste, defeito, descalibração ou qualquer condição que possa comprometer a segurança, a eficiência do serviço ou a

conformidade com a legislação vigente.

- A Contratada deverá observar, no mínimo, os padrões estabelecidos na RDC ANVISA nº 222/2018, nas Resoluções CONAMA aplicáveis, nas normas da ABNT, nas normas da ANTT para transporte de produtos perigosos, bem como demais legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.
- A relação detalhada dos materiais e equipamentos mínimos necessários à execução do objeto, sem caráter exaustivo ou restritivo, encontra-se descrita neste Termo de Referência, podendo a Contratada empregar outros meios técnicos e operacionais equivalentes ou superiores, desde que previamente aprovados pela Fiscalização do Contrato e compatíveis com o objeto contratado.
- A Contratada **deverá disponibilizar bombonas plásticas rígidas**, de material compatível, devidamente identificadas e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, destinadas:
- Ao acondicionamento temporário de resíduos líquidos, quando aplicável, observadas as exigências da RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas correlatas;
- Ao acondicionamento de resíduos de serviços de saúde em unidades que não disponham de abrigo externo de resíduos, funcionando como recipiente primário ou intermediário, até a realização da coleta externa.
- As bombonas deverão possuir:
 - Capacidade compatível com a geração de resíduos da unidade;
 - Tampa com fechamento seguro;
 - Resistência mecânica e química adequada ao tipo de resíduo acondicionado;
 - Identificação visível quanto ao grupo de resíduo (A, B ou E), conforme aplicável.
- O uso das bombonas não substitui o abrigo externo de resíduos quando este for exigido pela legislação, servindo exclusivamente como solução operacional complementar, de caráter transitório, para garantir a segregação, segurança sanitária e continuidade do serviço, sem prejuízo às normas ambientais e de vigilância sanitária.
- A Contratada será responsável pela higienização, manutenção, substituição e recolhimento das bombonas sempre que necessário, sem ônus adicional à Contratante.
- A utilização das bombonas não caracteriza inadequação da infraestrutura da unidade, tratando-se de medida operacional compatível com a realidade física das instalações existentes.

Rotinas a serem cumpridas

- A execução contratual observará as rotinas operacionais, métodos, procedimentos, frequência e periodicidade dos serviços descritos nos itens abaixo, bem como aqueles constantes do Anexo, que integram o presente Termo de Referência de forma complementar e indissociável, para todos os fins legais e contratuais.
- O início da execução do objeto dar-se-á no prazo de 01 dia, contados da emissão da Ordem de Serviço, observado o cronograma estabelecido pela Administração.
- A Contratada deverá executar os serviços de forma contínua, ininterrupta, eficiente e em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018, Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas aplicáveis, garantindo a regularidade da coleta, pesagem, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- Em razão das características da demanda acima descritas, o objeto da presente contratação — pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação/disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), dos grupos A (infectante), B (químico) e E (perfurocortante) — enquadra-se como serviço comum e continuado, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.
- Trata-se de serviço necessário à Administração Pública, de demanda permanente, cuja execução se estende por mais de um exercício financeiro e não admite solução de continuidade, sob pena de graves riscos sanitários, ambientais, legais e operacionais. Ademais, os padrões de desempenho, qualidade e execução encontram-se objetivamente definidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável, sendo usuais e amplamente ofertados no mercado, o que caracteriza o objeto como comum.
- No âmbito da análise comparativa das alternativas, conforme exigido pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a possibilidade de execução direta pela Administração em contraposição à terceirização do serviço, concluindo-se pela inviabilidade técnica, econômica e operacional da execução direta, em razão, dentre outros fatores, de:
 - Necessidade de elevados investimentos em frota especializada, equipamentos específicos (autoclaves, incineradores ou sistemas equivalentes), instalações adequadas e licenciamento ambiental complexo e oneroso;
 - Exigência de manutenção de equipe técnica própria, permanentemente capacitada e treinada para o manejo de resíduos perigosos;
 - Responsabilidade direta pela obtenção e renovação de licenças e autorizações ambientais, sanitárias e de transporte;
 - Maior exposição do Município a riscos ambientais, sanitários e de responsabilização administrativa e civil.
 - Dessa forma, a contratação de empresa especializada, devidamente licenciada e tecnicamente habilitada, revela-se a solução mais vantajosa para a Administração, por assegurar segurança sanitária e ambiental, eficiência operacional, continuidade do serviço público essencial, conformidade legal e melhor relação custo-benefício, atendendo plenamente ao interesse público.

Especificação da garantia do serviço

A Contratada responderá integralmente pela qualidade, regularidade, segurança e conformidade dos serviços prestados, obrigando-se a executá-los em estrita observância ao presente Termo de Referência, ao contrato, à Lei nº 14.133/2021 e à legislação sanitária e ambiental aplicável.

Eventuais falhas, irregularidades, inconformidades ou descumprimentos identificados durante a execução contratual deverão ser sanados imediatamente, às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e legais cabíveis.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante(s) formalmente designado(s) pela Administração, competindo à fiscalização verificar a conformidade da execução com as especificações técnicas, rotinas operacionais, frequência dos serviços, registros de pesagem, formulários de controle e demais obrigações contratuais.

O recebimento dos serviços dar-se-á de forma provisória e definitiva, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante atesto do fiscal do contrato, condicionado à comprovação da correta execução, da regularidade da prestação e da apresentação da documentação exigida para medição e pagamento.

O atesto ou o recebimento dos serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, falhas técnicas, danos ambientais ou descumprimento de normas legais, respondendo esta por todos os prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e neste Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilização civil, ambiental e penal, quando cabível.

Uniformes

Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

Os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser compatíveis com a natureza das atividades executadas, observando as normas de segurança do trabalho, sanitárias e ambientais aplicáveis, devendo contemplar peças adequadas para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse de custos aos empregados, nos termos da legislação trabalhista vigente.

O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário, adequadas à atividade de coleta, transporte e manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):

- a) Calça comprida confeccionada em tecido resistente, de fácil higienização, com modelagem que permita mobilidade e proteção adequada;
- b) Camisa de manga curta ou longa, conforme a atividade e as condições climáticas, em tecido resistente, de cor clara ou padrão definido pela Contratada, com identificação da empresa;
- c) Colete ou jaqueta para proteção térmica, quando necessário, adequado às atividades externas;
- d) Avental impermeável, de uso obrigatório nas atividades de manuseio direto de resíduos, resistente a líquidos e agentes contaminantes;
- e) Capa de chuva, quando aplicável às atividades externas;
- f) Calçado de segurança fechado, impermeável, antiderrapante, com solado resistente a perfurações, conforme normas técnicas aplicáveis;
- g) Luvas de proteção, compatíveis com o tipo de resíduo manuseado (biológico, químico e perfurocortante);
- h) Máscara de proteção respiratória, adequada ao risco da atividade, conforme avaliação técnica e normas vigentes;
- i) Óculos de proteção ou protetor facial, quando necessário, para evitar contato com respingos e aerossóis;
- j) Touca ou proteção para os cabelos, quando aplicável.

A Contratada deverá fornecer **02 conjuntos completos de uniforme por empregado**, no início da execução do contrato, devendo proceder à substituição mínima de 01 (um) conjunto completo a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer tempo, sempre que os uniformes apresentarem desgaste, danos, perda de funcionalidade ou deixarem de atender às condições mínimas de higiene, segurança, conservação e apresentação.

A substituição dos uniformes deverá ocorrer no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contado da comunicação formal da fiscalização do contrato, sem prejuízo da continuidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional à Contratante.

O descumprimento das obrigações relativas ao fornecimento, conservação ou substituição dos uniformes e EPIs sujeitará a Contratada às sanções previstas neste Termo de Referência, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

O prazo de vigência da contratação será de 5 anos com renovação a cada 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a manutenção da vantagem econômica, a adequação dos preços ao mercado, o interesse público e a regularidade da execução contratual.

A prorrogação contratual ficará condicionada à avaliação formal da Administração, mediante manifestação da fiscalização do contrato quanto à qualidade, regularidade e continuidade da prestação dos serviços.

Considerando o caráter continuado e essencial do objeto, os procedimentos de transição e finalização do contrato terão por finalidade assegurar a continuidade da prestação dos serviços, observando, quando aplicável, as seguintes etapas:

- a) manutenção integral da prestação dos serviços até o término da vigência contratual, ressalvada a prerrogativa da Administração de promover a rescisão unilateral, por razões de interesse público devidamente motivadas, inclusive diante da adoção de solução superveniente mais vantajosa ou que não gere custos adicionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem que disso decorra ônus indenizatório, exceto quanto aos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados.
- b) entrega dos registros finais de pesagem, formulários de coleta, MTR ou documentos equivalentes;
- c) regularização das pendências operacionais e retirada de equipamentos de propriedade da Contratada, sem prejuízo da continuidade do serviço;
- d) apoio técnico mínimo à transição para eventual novo prestador, quando necessário, sem geração de ônus adicional à Contratante.

Matriz de Riscos

Os riscos inerentes à execução do objeto foram identificados, avaliados e alocados entre as partes, observando-se o disposto no art. 22 da Lei nº 14.133/2021, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade do serviço público.

Compete à Contratada assumir, dentre outros, os riscos relacionados a:

- a) Falhas Operacionais, Técnicas Ou Logísticas Na Execução dos Serviços;
- b) Obtenção, Manutenção E Renovação das Licenças E Autorizações Ambientais E Sanitárias;
- c) Indisponibilidade de Equipamentos, Veículos Ou Mão de Obra;
- d) Descumprimento de Normas Técnicas, Ambientais E Sanitárias.

Compete à Contratante Assumir s Riscos Relacionados a:

- a) Atrasos Nos Pagamentos, Quando Devidamente Atestada a Execução dos Serviços;
- b) Alterações Unilaterais Nos Termos Permitidos Pela Legislação;
- c) Variações Quantitativas Dentro dos Limites Legais.

Declaração de Conclusão e de aceite dos Serviços

O Contratado, emitirá sobre sua responsabilidade nos termos do Edital e da legislação que os serviços contratados foram concluídos. O gestor do contrato da mesma forma emitirá declaração de conclusão e aceite do serviço ou obra

Poderá o Gestor declarar a conclusão com ressalvas, referentes a garantias ou fatores não observáveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

A Contratada deverá designar formalmente preposto, antes do início da execução dos serviços, por meio de instrumento específico, no qual deverão estar expressamente definidos os poderes, deveres e limites de atuação em relação à execução do objeto contratado, para fins de interlocução com a Administração.

A Contratada **deverá manter preposto** formalmente designado e disponível durante todo o período de execução contratual, com capacidade de atendimento imediato, presencial ou remoto, sempre que solicitado pela Administração, sem prejuízo da presença física quando exigida pela natureza do serviço ou por determinação da fiscalização.

A Contratante **poderá, mediante justificativa técnica ou administrativa devidamente motivada**, recusar a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, sempre que constatada inadequação ao cumprimento das obrigações contratuais, hipótese em que a Contratada deverá designar outro preposto no prazo máximo de 24 horas, sem prejuízo da continuidade da execução do objeto.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

O gestor(es) do contrato ficará a encargo do(a) Sr(a) **Rosemary de Fátima Silva**, especialmente designado para este fim.

Constituem atividades a serem exercidas pelo gestor de contratos:

- Acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;
- Ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, do seu cronograma físico-financeiro, bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;
- Fazer constar do processo administrativo correspondente as informações e os documentos necessários à formalização do contrato, inclusive quando o seu instrumento for substituído;
- Expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;
- Encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização;
- Verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;
- Atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;
- Manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;
- Manter o controle do prazo de vigência e da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;
- Dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante do serviço e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;
- Verificar a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato;
- Verificada a existência de qualquer infração contratual, apontada pelo fiscal, relatar os fatos e iniciar o procedimento de proposta de aplicação de penalidade, nos termos previstos no instrumento contratual, bem como informar, com a devida justificativa técnica, às autoridades responsáveis, os fatos que ensejam a aplicação de sanções administrativas em face da inexecução parcial ou total do contrato, observada a legislação vigente;
- Apurar situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, ao tomar conhecimento dela por qualquer meio, independentemente de ação judicial, e adotar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as providências previstas em lei e no contrato;
- Executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, atualizando-as sempre que necessário;
- Emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições

contratados, ouvido o fiscal do contrato;

- Repassar as informações sobre vigência e necessidade de prorrogação do ajuste para a área responsável pelo Plano Anual de Contratações;
- Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

LOCAIS	FISCAIS TÉCNICOS
Maria Beatriz	ADMINISTRATIVO JUSSARA APARECIDA RIBEIRO DE PAULA COELHO
NOROESTE	ADMINISTRATIVO ELISA DE OLIVEIRA
PLANALTO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM JOÃO ROBERTO BRINKER
MARTIM FRANCISCO	FARMACÊUTICA CAROLINE APARECIDA FLORIANO BERNARDES ADMINISTRATIVO DANIELA DE BENEDITO SOUZA
SUDESTE	ADMINISTRATIVO MARIA ROSA VIEIRA ALEPROTE
SANTA CRUZ	ENFERMEIRA DANIELA CANELLE DOS SANTOS TÉCNICA DE ENFERMAGEM ROSALINA APARECIDA CAVENAGHI
ATERRADO	TÉC DE ENFERMAGEM GIANE ROBERTO CAETANO
ALBEJANTE	FARMACÊUTICA PRISCILA NUNES DE OLIVEIRA
JOSÉ ANTONIO SEIXAS PEREIRA:	ADMINISTRATIVO FELIPE PASCUINI DE OLIVEIRA ADMINISTRATIVO PRISCILA SOUZA LEITE
PARQUE DO ESTADO	AUXILIAR DE ENFERMAGEM JOSÉ DIMAS PEDRINI
SANTAS CLARA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM MARIA IZETE ZANCO
PAULISTA	TÉC DE ENFERMAGEM DAIANE APARECIDA DA SILVA ADMINISTRATIVO MICHELE BARBOSA CORREIA
VANDERLEI SILVA BUENO	ADMINISTRATIVO VIVIAN MARIANO DA SILVA
CEM – CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS	TÉC DE ENFERMAGEM LUANA MARTINS COELHO
CCZ – CENTRO CONTROLE ZOONOZES	VETERINÁRIO ROGÉRIO MARCOS GARROS
BEA - BEM ESTAR ANIMAL	ADMINISTRATIVO BRUNO HENRIQUE MACHADO CORREIA

Constituem atividades a serem exercidas pelo fiscal de contrato:

- Acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando ao gestor de contratos aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;

- Recepcionar da contratada, devidamente protocolados, os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato, conferi-los e encaminhá-los ao gestor de contratos;
- Verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor de contratos;
- Manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;
- Consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;
- Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
- Exercer qualquer outra incumbência que lhe seja atribuída por força de previsão normativa.

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

- "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados,

prepostos ou subordinados.

Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

São obrigações do Contratado:

Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante

Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.

Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- florestas plantadas; e
- outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço prestado e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando

houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, para contrato de obras e no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente para os demais casos.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

Não serão admitidas cessões de crédito não fiduciárias.

8. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

- **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação Técnica

- Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
- Registro ou inscrição do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, compatível com as atividades efetivamente executadas no objeto contratual, tais como o Conselho Regional de Química (CRQ), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho legalmente competente, quando

aplicável, acompanhado da respectiva Anotação de **RESPONSABILIDADE TECNICA OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**.

- Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- Prova de atendimento aos requisitos técnicos, sanitários, ambientais e operacionais previstos na legislação vigente aplicável ao gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, especialmente aqueles estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na RDC ANVISA nº 222, de 28 de março de 2018, na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, bem como na legislação ambiental estadual e municipal pertinente.
- Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Secretaria de Saúde através do telefone (19) 3806.0356, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

Qualificação Técnico-Operacional

- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), abrangendo, ao menos, resíduos dos Grupos A (infectantes), B (químicos) e E (perfurocortantes), nos termos da RDC ANVISA nº 222/2018;

b) Execução contínua dos serviços, por período mínimo de 12 (doze) meses, consecutivos ou não;

c) Atendimento a unidades de saúde de natureza e porte compatíveis com aquelas abrangidas por este Termo de Referência, tais como Unidades Básicas de Saúde, Pronto Atendimento, UPA, hospitais ou instituições congêneres;

d) Execução dos serviços em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, incluindo, quando aplicável, a RDC ANVISA nº 222/2018, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e a Lei nº 12.305/2010;

e) Compatibilidade operacional, demonstrada pela realização de coleta regular, transporte adequado, tratamento ambientalmente licenciado e destinação final correta dos resíduos.

- O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual

tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

- Apresentação do(s) profissionais(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- Para o profissional responsável técnico na área de tratamento e destinação de Resíduos de Serviços de Saúde
- **CEVS/Alvará:** É exigido o Comprovante do "Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária" ou Alvará da Vigilância Sanitária municipal.
- É necessária a Licença de Operação (LO) para o tratamento de resíduos dos grupos A1, A2, A4 e E.
- Profissional com formação compatível, regularmente registrado no Conselho Regional de Química (CRQ) ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), conforme a natureza do processo de tratamento adotado, com comprovação de responsabilidade técnica por serviços de tratamento, esterilização, incineração ou destinação final de RSS, mediante apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou documento equivalente;
- Para o profissional responsável técnico pelas atividades de coleta e transporte de Resíduos de Serviços de Saúde:
 - Profissional regularmente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou outro conselho legalmente competente, quando aplicável, com comprovação de responsabilidade técnica por serviços de coleta, transporte e logística de resíduos perigosos ou de serviços de saúde, mediante ART, CAT ou documento equivalente.

O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Qualificação Econômico-Financeira:

- certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor
- balanço patrimonial

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10 % do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped

atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para execução do objeto será (ão) onerada (s) a (s) dotação (ões) orçamentária (s):

DOTAÇÃO	PROGRAMA DE TRABALHO	CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO	FONTE DE RECURSO
424	014912.1012210162.002	33903900	01

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- Multa:
 - Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias
 - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado por :

- Sonia Aparecida dos Santos - RE 12036
- Ana Maria Moreira - RE 2555
- Rosemary de Fátima Silva - 11825

ANEXO I – MODELO DE RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO MENSAL

Contratada: _____

Contrato nº: _____

Mês/Ano de Referência: _____

Unidade Avaliada: _____

1. Dados da Execução

- Quantidade total coletada (kg): _____
- Datas de coleta realizadas: _____
- Ocorrências registradas no período: () Sim () Não

Se sim, descrever: _____

2. Avaliação por Critérios

Critério Avaliado	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída	Observações
Regularidade da coleta	20		
Conformidade do transporte	20		
Tratamento adequado	20		
Rastreabilidade	20		
Conformidade legal	20		
Total	100		

3. Classificação do Serviço

- () Serviço plenamente satisfatório (90 a 100 pontos)
- () Serviço satisfatório com ressalvas (70 a 89 pontos)
- () Serviço parcialmente satisfatório (50 a 69 pontos)
- () Serviço insatisfatório (abaixo de 50 pontos)

4. Encaminhamentos

- () Pagamento integral
- () Pagamento com advertência
- () Glosa proporcional
- () Suspensão de pagamento
- () Exigência de plano de ação corretivo

5. Assinaturas

Fiscal da Unidade: _____ Data: ____/____/____

Fiscal do Contrato: _____ Data: ____/____/____

Gestor do Contrato: _____ Data: ____/____/____

ANEXO II – MODELO DE PLANO OPERACIONAL DA CONTRATADA

- 1) Apresentação Geral da Empresa
- 2) Estrutura Organizacional e Responsável Técnico
- 3) Descrição dos Equipamentos e Veículos
- 4) Metodologia de Coleta, Transporte e Pesagem
- 5) Procedimentos de Tratamento e Destinação Final
- 6) Plano de Roteirização e Cronograma
- 7) Plano de Contingência e Emergência
- 8) Procedimentos de Segurança do Trabalho
- 9) Sistema de Rastreamento e Controle dos RSS
- 10) Conformidade Legal e Licenças

APÊNDICE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 001049.000017/2026-11

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar, doravante chamado ETP caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento do procedimento licitatório que deve preceder as contratações da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Mogi Mirim, é elaborado em atendimento às disposições contidas na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021 e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

A elaboração do ETP busca aprofundar o conhecimento sobre o problema a ser resolvido para que então seja definida a solução mais adequada às necessidades da administração considerando o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição e as opções do mercado, avaliando a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental de se realizar a determinada contratação.

Este ETP considera ainda os impactos trienais da contratação, conforme art. 16, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, conforme vinculação estratégica do município.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021

O município de Mogi Mirim gera resíduos de serviços de saúde provenientes de suas rede de assistência em saúde. Esses resíduos exigem tratamento específico para evitar riscos ambientais e à saúde pública, demandando serviços especializados para coleta, transporte, tratamento e destinação final adequada. O município visa garantir que a gestão dos resíduos de serviços de saúde (RSS) seja realizada de maneira adequada e em conformidade com as exigências da RDC 222/2018 da ANVISA.

A legislação determina que todos os serviços que geram RSS, como unidades básicas de saúde, farmácias, CAPS, centros de especialidades e serviços de vigilância em saúde, precisam ter um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) implementado. Isso envolve diversas etapas, como a geração, segregação, acondicionamento, identificação, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

Para garantir a conformidade com essas normas, o município precisa contar com uma empresa especializada para realizar a coleta e destinação adequada dos RSS de forma segura e eficiente. A gestão inadequada desses resíduos pode representar sérios riscos para a saúde pública, uma vez que os resíduos de saúde podem ser infecciosos ou contaminantes. Além disso, se não forem manuseados corretamente, esses resíduos podem expor os trabalhadores da saúde a doenças e causar impactos ambientais significativos, como a contaminação do solo e da água.

Outro ponto importante é que o município pode não possui a infraestrutura necessária para realizar todas essas etapas internamente. Isso inclui a falta de equipamentos adequados para o transporte seguro dos resíduos, instalações para tratamento e processos que atendam às exigências de periodicidade e prazos estabelecidos pela vigilância sanitária.

Portanto, o município de Mogi Mirim precisa da contratação de uma empresa especializada para garantir que o manejo adequado dos RSS seja feito, protegendo a saúde pública, a segurança dos trabalhadores e o meio ambiente, além de evitar sanções e garantir a continuidade dos serviços de saúde de forma segura e eficiente. A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde é fundamental para garantir a eficácia e a segurança no gerenciamento desses resíduos.

É importante ressaltar que o gerenciamento inadequado de resíduos de serviços de saúde pode representar sérios riscos à saúde pública e ao meio ambiente. Portanto, é imprescindível que todas as etapas desse processo sejam realizadas conforme as normativas legais e técnicas estabelecidas. Resolução CONAMA 358/05.

A presente contratação tem por objeto a contratação de uma empresa especializada para garantir a segurança na gestão dos resíduos de saúde e o cumprimento das normas sanitárias e ambientais, abrangendo coleta, transporte e tratamento de resíduos de saúde gerados pelas unidades de saúde da Prefeitura de Mogi Mirim, incluindo conveniados e contratados como: Santa Casa, Pronto Atendimento e ILPI, conforme especificações e diretrizes técnicas aplicáveis.

O cenário atual caracteriza-se por aplicação da legislação através da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que há anos utiliza serviço especializado contratado relacionada à coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em conformidade com as normas sanitárias e ambientais aplicáveis, tais como a RDC ANVISA nº222/2018, a Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais legislações correlatas.

Atualmente, os serviços de gerenciamento interno é realizado pelo gerente da própria unidade de saúde e o externo dos RSS são executados por empresa especializada devidamente licenciada, garantindo a regularidade das coletas, o transporte em condições adequadas e o tratamento ambientalmente correto dos resíduos gerados pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo as serviços municipais (Unidades Saúde), as contratadas (Pronto

Atendimento, Santa Casa local e CAPS) e de acordo com a Lei Municipal nº 4.991 de 05 de agosto de 2010, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) também, assegurando a proteção da saúde pública e do meio ambiente. Entretanto, a empresa atualmente contratada manifestou formalmente a ausência de interesse na continuidade da prestação dos serviços, ao término da vigência contratual, não havendo possibilidade de prorrogação nos termos legais.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a realização de nova contratação, de modo a garantir a continuidade dos serviços essenciais de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos RSS, evitando riscos sanitários, ambientais e legais, bem como a interrupção das atividades das unidades de saúde municipais. A ausência de contratação tempestiva poderá resultar em acúmulo de resíduos infectantes, comprometimento das condições sanitárias das unidades de saúde, exposição de servidores e usuários a riscos biológicos e eventual responsabilização do Município junto aos órgãos de controle e fiscalização.

A execução deste objeto está alinhada aos instrumentos de planejamento e gestão governamental, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme exigência do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, além de estar prevista em Plano Municipal de Saúde.

Ressalta-se que a não realização da contratação de empresa especializada para a coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) acarreta graves consequências ao Município, nos âmbitos sanitário, ambiental, legal, administrativo e financeiro, conforme detalhado a seguir: Acúmulo de resíduos infectantes nos serviços público, conveniado e contratados de saúde; Aumento do risco de contaminação biológica de servidores, pacientes e população em geral; possibilidade de proliferação de vetores e agentes patogênicos; comprometimento das condições sanitárias de Unidades, Pronto Atendimento, ILPI e Santa Casa; Risco de interdição de unidades de saúde pela Vigilância Sanitária e impacto direto na continuidade e segurança da assistência à saúde.

A não execução da contratação representa riscos elevados e inaceitáveis ao Município, especialmente nos aspectos sanitário, legal e operacional, tornando imprescindível a manutenção da contratação para garantir a continuidade do serviço público essencial e o cumprimento da legislação vigente e implicará nos seguintes riscos: unidades de saúde; Exposição de servidores, pacientes e população a agentes biológicos;

Aumento do risco de infecções, acidentes com materiais perfurocortantes e contaminações; Possibilidade de interdição de unidades de saúde pela Vigilância Sanitária.

RISCO DE DESCUMPRIMENTO LEGAL: Não atendimento à RDC ANVISA nº 222/2018;

Violação da Resolução CONAMA nº 358/2005; Descumprimento da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos); Inobservância da Lei nº 14.133/2021 (continuidade do serviço público).

RISCO DE RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR: Apontamentos e sanções pelo Tribunal de Contas; Responsabilização administrativa, civil e pessoal do gestor; Possível caracterização de omissão na prestação de serviço público essencial; Risco de ações do Ministério Público.

Risco de Interrupção do Serviço de Saúde: Impossibilidade de funcionamento regular das unidades de saúde; Suspensão de atendimentos por falta de condições sanitárias; Comprometimento da assistência à saúde da população.

Risco Ambiental: Descarte inadequado de resíduos perigosos; Contaminação do solo, da água e do ar; Geração de passivo ambiental para o Município; Multas e sanções ambientais.

Risco Financeiro: Multas sanitárias e ambientais; Custos elevados com contratações emergenciais; Aumento do custo final do serviço; Possíveis glosas de recursos e prejuízo ao erário.

Risco Institucional e de Imagem: Danos à imagem da Administração Pública; Perda de credibilidade junto à população; Repercussão negativa em órgãos de controle e imprensa.

Justificativa da Classificação do Objeto

O objeto é classificado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde, cujos padrões de desempenho e qualidade são amplamente padronizados e regulados, podendo ser objetivamente definidos no edital e no Termo de Referência, com base em normas sanitárias e ambientais vigentes, tais como resoluções da ANVISA, do CONAMA e demais atos normativos aplicáveis.

Trata-se de serviço operacional e continuado, que não possui natureza predominantemente intelectual, não demanda solução técnica singular ou customizada e não envolve atividade criativa ou de julgamento técnico discricionário, sendo executado conforme procedimentos previamente estabelecidos, rotinas padronizadas, frequências definidas, equipamentos específicos e licenças obrigatórias.

A complexidade técnica inerente à execução do serviço não descaracteriza sua natureza comum, uma vez que o grau de especialização exigido refere-se à qualificação técnica e ao atendimento a requisitos legais, e não à formulação de soluções técnicas individualizadas, o que permite a comparação objetiva das propostas com base no critério de menor preço, em conformidade com o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Do caráter continuado do Objeto

O objeto em análise apresenta caráter ininterrupta e permanente, isto é continuado, sendo essencial para o funcionamento regular dos serviços próprio, conveniados e contratados de saúde, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, em razão do risco sanitário e ambiental decorrente de sua interrupção., considerando a sua natureza, a forma de execução e a necessidade de preservação da continuidade das atividades públicas a que se vincula.

A prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) — classifica-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório. A execução do serviço baseia-se em procedimentos padronizados, com requisitos técnicos claramente estabelecidos, tais como:

- Frequência e cronograma de coleta; Tipos e classes de resíduos de serviços de saúde;
- Condições de acondicionamento, coleta e transporte; Métodos de tratamento e destinação final;
- Atendimento às normas sanitárias e ambientais vigentes; Apresentação de licenças, autorizações e relatórios de execução.

Os resultados da prestação do serviço são mensuráveis e verificáveis, podendo ser avaliados por meio de critérios objetivos, como pontualidade, regularidade da coleta, conformidade legal, volumes coletados e certificados de tratamento e destinação final, não demandando julgamento técnico subjetivo quanto à execução. Embora o serviço exija que a empresa contratada possua especialização técnica, estrutura adequada e licenciamento ambiental, tais exigências referem-se à qualificação do fornecedor, não descaracterizando o enquadramento do objeto como serviço comum, visto que a forma de execução e os resultados esperados são padronizáveis e amplamente praticados no mercado. Dessa forma, a contratação do referido objeto é compatível com a utilização da modalidade de licitação aplicável aos serviços comuns, observados os princípios da legalidade, eficiência, competitividade e economicidade.

Justificativa da Modalidade Licitatória

Considerando a natureza e a complexidade do objeto, que consiste na prestação de serviços comuns de gerenciamento de resíduos sólidos, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente regulados, adota-se a modalidade Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento menor preço, por se tratar de serviço comum, não intelectual e passível de comparação objetiva entre as propostas.

Diante do exposto, a contratação mostra-se indispensável para atender às necessidades identificadas, garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população e cumprir as obrigações legais e institucionais da Administração Pública, observando-se os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) gerados pelas unidades de saúde do Município caracteriza-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, usuais no mercado e amplamente regulamentados por normas técnicas e legais.

Os serviços a serem contratados possuem especificações claras e padronizadas, passíveis de descrição objetiva no instrumento convocatório, incluindo, entre outros aspectos, a frequência da coleta, os tipos de resíduos atendidos, as formas de acondicionamento, os métodos de transporte, tratamento e destinação final, bem como a exigência de licenças ambientais e sanitárias expedidas pelos órgãos competentes, como ANVISA, CONAMA e demais entidades reguladoras. Dessa forma, torna-se possível a comparação objetiva das propostas apresentadas pelos licitantes, permitindo o julgamento com base em critérios objetivos, como o menor preço, sem prejuízo do atendimento aos requisitos técnicos e legais indispensáveis à execução adequada do serviço.

Assim, a adoção da modalidade licitatória Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, revela-se a mais adequada para o atendimento do interesse público, por promover maior competitividade, transparência e economicidade, além de assegurar à Administração Municipal a seleção da proposta mais vantajosa, garantindo a continuidade dos serviços públicos de saúde e a mitigação de riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

- Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

A presente contratação está alinhada com o planejamento da Secretaria de Saúde como se identifica na previsão no Plano de Contratações Anual no mês de março.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021

A execução do objeto deverá atender integralmente às normas técnicas, regulamentações e boas práticas aplicáveis, garantindo a conformidade, segurança e qualidade do produto ou serviço contratado. A contratada deverá estar atualizada e observar a legislação vigente e eventuais manuais ou diretrizes específicas que forem indicadas no edital.

Requisitos Técnicos Essenciais

- O objeto da contratação deverá atender aos requisitos técnicos mínimos especificados no Termo de Referência, contemplando:
- Habilitação Técnica e Legal
- A empresa deverá ser especializada na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), comprovada por meio de:
- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- Comprovação de execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos.
- A empresa deverá possuir licenciamento ambiental vigente, emitido pelo órgão ambiental competente, que autorize:
 - A coleta e transporte de resíduos perigosos;
 - O tratamento e a destinação final de RSS;
 - Atendimento à Legislação e Normas Técnicas;
 - Cumprimento integral da legislação aplicável, especialmente: RDC ANVISA nº 222/2018;
 - Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);
 - Normas da ABNT aplicáveis;
 - Normas da ANTT para transporte de produtos perigosos;
 - Legislação estadual e municipal pertinente.

Infraestrutura e Equipamentos

- Disponibilização de veículos próprios ou legalmente vinculados, devidamente:
- Licenciados;
- Identificados para transporte de resíduos de serviços de saúde;
- Adequados às normas de segurança e contenção.

CARACTERIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

A prestação de serviço se caracteriza pelo seu caráter contínuo, considerando:

- Ser necessária à administração pública;
- Ter demanda permanente ou prolongada;
- Ser necessária para garantir a segurança elétrica das instalações e o funcionamento adequado das unidades de saúde;
- Se estender por mais de um exercício financeiro;
- Não pode sofrer solução de descontinuidade;
- O caráter da habitualidade que corresponde a necessidade da atividade ser prestada mediante contratação de terceiros de modo permanente;
- O caráter da essencialidade, diante da necessidade de permanência do contrato, tendo em vista que a interrupção da coleta de resíduos de serviços de saúde pode implicar em:
 - Acúmulo de resíduos de serviços de saúde nas unidades;
 - Proliferação de vetores e doenças infecciosas;
 - Infração a Legislação Sanitária e Ambiental;
 - Descumprimento de cláusulas constantes no Contrato FESFSUS/SESAB;

Esta prestação de serviço se caracteriza por:

- Rigorosa Regulamentação e Legislação - É um serviço altamente especializado, regulamentado e que exige protocolos rígidos e Licenciamento Ambiental;
- Equipe qualificada - A coleta e o manejo dos resíduos devem ser realizados por profissionais capacitados e treinados para o manuseio seguro desses materiais. Sendo obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados para garantir a integridade dos trabalhadores;
- Tratamento Diferenciado - Dependendo do grupo do resíduo (como os do Grupo A e E), é necessário um tratamento prévio (exemplo: autoclave, incineração) antes da disposição final para inativar agentes patogênicos e reduzir riscos. No caso dos resíduos químicos o tratamento deverá ser em incinerador licenciado ambientalmente;
- Disposição Final Adequada: A destinação final deve ser feita em locais apropriados, como aterros sanitários licenciados, que obedeçam a critérios técnicos e normas ambientais;
- A prestação de serviço de coleta de RSS vai muito além do simples recolhimento de lixo, envolvendo uma cadeia de procedimentos rigorosos que visam proteger a saúde pública e o meio ambiente.

Normas Específicas:

O serviço é regido por legislações federais, estaduais e municipais. No Brasil, destacam-se a RDC nº 222/2018 da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e as Resoluções CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), como a CONAMA nº 316/2002 e a nº 237/97.

Licenciamento Obrigatório: As empresas que realizam a coleta e o transporte de RSS licenças ambientais e autorizações específicas de órgãos competentes (ANVISA, órgãos ambientais estaduais/municipais).

No que se refere ao propósito, esta prestação de serviço se caracteriza por:

- Garantir a segurança sanitária e ambiental, nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- Garantir a destinação adequada dos resíduos de serviços de saúde;
- Evitar, minimizar a contaminação do solo, da água e do ar, protegendo os recursos naturais;
- Garantir que o estabelecimento assistencial de saúde esteja em conformidade com as normas do CONAMA e da ANVISA;
- Preservar o meio ambiente.

O serviço a ser contratado está de acordo com a padronização e perfil das Unidades sob a gestão da FESF-SUS. Sendo obrigatório o cumprimento das normas legais.

No que se refere a necessidade da contratação, está explicitada nos Contratos de Gestão Interna, celebrado entre a SESAB e a FESF-SUS, que estabelece a obrigatoriedade da FESF-SUS de manter contratos que garantam a destinação correta dos resíduos de serviços de saúde;

A estratégia a ser adotada por uma empresa na área de Resíduos de Serviços de Saúde vai depender do porte, da organização funcional e operacional, das características do objeto, da especificidade e complexidade desses equipamentos.

No caso desta contratação, a FESF-SUS segue a tendência mundial, que é a terceirização de atividade meio, e esta, pode ser justificada por fatores como: foco na atividade fim da instituição, economia de custos, flexibilidade e a qualidade do serviço.

A terceirização da coleta de resíduos de serviços de saúde se justifica considerando que esta atividade:

No que se refere a economia de custos, demanda investimento de alto valor para aquisição de caminhões específicos e adaptados, equipamentos como autoclaves para esterilização de resíduos e incinerador, dentre outros.

Demanda um processo de Licenciamento Ambiental complexo, demorado e de alto custo;

Demanda a necessidade de contratar, treinar e manter uma equipe própria qualificada;

Quanto a flexibilidade permite que as empresas possam ajustar a quantidade de mão de obra e recursos conforme a demanda, ficando mais fácil lidar com situações incomuns que implicam em aumento ou redução da demanda.

No caso da qualidade do serviço, as empresas especializadas e qualificadas, na coleta de resíduos de saúde, acompanham as tendências do mercado de forma mais otimizada, investindo continuamente em equipamentos, nas ferramentas e treinamentos necessários. Diante da diversidade de atividades que envolve esta prestação de serviço, seria muito difícil que uma instituição, com foco na assistência a saúde, pudesse assumir o Objeto;

Com a contratação da empresa de Coleta, Transporte Externo, Tratamento, Disposição/Destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a principal vantagem é a segurança ambiental.

Para caracterização da prestação de serviço, são adotadas as seguintes definições:

Com a contratação da empresa de Coleta, Transporte Externo, Tratamento, Disposição/Destinação dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a principal vantagem é a segurança ambiental.

A especificação desta prestação de serviço, em todas as etapas, está estabelecida e detalhada na RDC ANVISA nº 222/2018

A solução encontrada para suprir a demanda do serviço de pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação e/ou disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), dos **grupos “A” (Infectante), “B” (Químico) e “E” (Perfuro – Cortante)**, de forma contínua, ininterrupta, eficiente, confiável e dentro dos padrões de qualidade estabelecidos, de acordo com a especificidade e quantitativos de resíduos produzidos pelas Unidades integrantes deste termo de Referência, foi a contratação de empresa especializada.

Para caracterização da prestação de serviço, são adotadas as seguintes definições:

licenciamento ambiental e com capacidade técnica, operacional e funcional para cumprir a prestação de serviço em consonância com as rígidas normas vigentes;

Pretende-se alcançar, com esta contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento das necessidades das Unidades produtoras de resíduos sólidos de saúde e que integram este Termo de Referência;

No que se refere a classificação do Objeto – “pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação/disposição final de RSS, dos grupos “A” (Infectante), “B” (Químico) e “E” (Perfuro – Cortante)” - esta prestação de serviço, é considerada COMUM, diante do disposto no Art. 29 da Lei 14.133/2021, porque apresenta padrões de desempenho e qualidade, objetivamente definidos no Termo de Referência, bem como as suas Especificações são usuais no mercado.

Considerando:

A legislação vigente estabelece os parâmetros e as condições, obrigatórias, para a realização da prestação de serviço em pauta;

Existe disponibilidade no mercado próprio, isto é, que o serviço esteja disponível para contratação a qualquer momento;

Existem empresas autorizadas pelos órgãos de controle ambiental licenciadas e autorizadas para realizar esta prestação deste serviço;

É padronizado, com os atributos essenciais do objeto pré-determinados de forma objetiva e uniforme, com características praticamente invariáveis ou então sujeitas a diferenças mínimas;

A forma da modelagem do serviço descrita no Termo de Referência, sem peculiaridades previstas pela Administração, torna o serviço em apreço em comum, apto a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins.

ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Da pesagem

Será de responsabilidade da Contratada, disponibilizar para cada Unidade, uma balança fixa, devidamente calibrada, para uso exclusivo de resíduos, de acordo com a capacidade dos volumes de resíduos gerados.

Diariamente, independentemente do tipo de balança, antes da coleta, deverá ser realizada a verificação da calibração da balança. Considerando que a bombona vazia é padrão e com peso estabelecido em 8,4 kg, está deverá ser utilizada como parâmetro para aferição. Antes de iniciar a pesagem, a Contratada deverá, na presença da Fiscalização, pesar a bombona e lançar o peso identificado em planilha específica, que deverá ficar sob a responsabilidade da Fiscalização da Unidade;

Para os casos em que a balança esteja automatizada, para desprezar o peso da bombona plástica de 200 L, ao aferir a precisão da balança, quando da pesagem dessa bombona vazia, deverá ser constatado o peso zerado, uma vez que, a tara de 8,4 kg corresponde exatamente ao peso do citado recipiente vazio.

Para os casos em que a balança não seja automatizada, deverá ser subtraído o peso da tara da bombona vazia, do peso final aferido, correspondente aos resíduos gerados, acondicionados no recipiente em questão.

Quando da substituição das balanças, antes do uso, deverá ser realizada a aferição.

As manutenções preventivas e corretivas, bem como, as substituições temporárias e definitivas das balanças, quando necessárias, também serão de obrigação da Contratada, obedecendo ao cronograma estabelecido pelo fabricante;

A pesagem dos resíduos dos grupos A, B, e E, será realizada na Unidade, durante a coleta;

A calibragem das balanças deverá ser realizada, sempre que necessário, pela Contratada, durante o prazo de vigência do Contrato, sem ônus para a Contratante;

A calibração das balanças deverá receber o selo do IBAMETRO e o comprovante da calibragem deverá ser mantido na Unidade de Saúde;

A pesagem dos resíduos deverá ser realizada na presença simultânea dos prepostos da Contratante e da Contratada.

Do preenchimento do formulário

Os quantitativos dos resíduos gerados nas Unidades de Saúde, deverão ser pesados por grupos e preenchido diariamente nas unidades de saúde, em formulário próprio, com data, horário e número do caminhão coletor, contendo a assinatura dos prepostos da Contratante e Contratada

As unidades devem preencher os formulários de coleta, conforme - MTR ou similar indicado pela contratada, mantendo cópia na unidade e anexar o processo de pagamento

Ao final de cada mês, os formulários deverão ser atestados pelo gestor da unidade e pelo fiscal do contrato e entregue ao preposto da Contratada, como comprovação das quantidades e frequências do serviço prestado. Estes formulários farão parte dos processos de pagamento;

Da coleta e transporte

O transporte deverá ser realizado por motoristas e coletores devidamente capacitados, com treinamentos específicos para manuseio e transporte de RSS, os atendimento às exigências de: Roteirização segura; Controle de carga;

Procedimentos para emergências e acidentes, seguindo:

a) A coleta e transporte externos dos resíduos de serviços de saúde devem ser realizados de acordo com as normas NBR 12.810 e NBR 14652 da ABNT;

b) A coleta dos resíduos dos serviços de saúde será realizada em horário administrativo, diariamente ou periodicamente de acordo com a quantidade de resíduos produzida e de acordo com Cronograma a ser definido junto ao Fiscal de Contrato de

cada unidade.

c) Ocorrendo a necessidade de alterar periodicidade e o horário da coleta e transporte, o Fiscal do Contrato deverá formalizar com a CONTRATADA e de comum acordo elaborar novo cronograma. Estas alterações não devem impactar nas condições estabelecidas no contrato;

d) O transporte dos resíduos deverá ser feito em veículos apropriados, compatíveis com as características dos resíduos e de acordo com a NBR 12810.

e) Os resíduos deverão ser transportados em veículos com compartimentos exclusivos, não sendo permitido seu transporte conjunto com pessoas ou outros tipos de resíduos, materiais ou substâncias;

f) O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas ou contêineres específicas, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR 13221 (fevereiro 2003), NBR 12810 (1993), NBR 10004 (novembro 2004) e Resolução nº 420 de 12 de fevereiro de 2004 do Ministério dos Transportes e suas atualizações.

g) Os veículos que transportam material infectante deverão ser identificados em local visível, usando, para isto, nos quatro lados, o desenho previsto na legislação (RISCO BIOLÓGICO);

h) O veículo coletor deve contar com os seguintes equipamentos auxiliares: pá, rodo, saco plástico branco leitoso e recipientes rígidos e estanques reservas (NBR 9190 e 9191), além de solução desinfetante;

i) O pessoal envolvido na coleta e transporte dos resíduos deverão utilizar rigorosamente os Equipamentos de Proteção Individual –EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC adequados;

j) As operações de transporte deverão ser realizadas de forma adequada, de modo a garantir a inviolabilidade das embalagens, a segurança do trabalhador envolvido e a preservação do meio ambiente;

k) Em caso de acidente de pequenas proporções, a própria equipe encarregada da coleta externa deve retirar os resíduos do local atingido, efetuando a limpeza e desinfecção simultânea, mediante o uso dos EPI e EPC adequados, de acordo com o plano de contingência da empresa;

l) Em caso de acidente de grandes proporções, a CONTRATADA e CONTRATANTE deve notificar imediatamente os órgãos municipais e estaduais de controle ambiental e de saúde pública;

m) O veículo coletor da Contratada, deverá ser higienizado e desinfetado mediante lavagem especial, com o uso de jato de água quente e sob pressão, não podendo ser lavados em postos de lavagem comum. Esse procedimento deve constar em relatórios e ser enviado mensalmente à junto a Nota Fiscal;

n) Todos os veículos da deverão estar identificados com o nome da Contratada e o número do veículo coletor em local visível. O condutor deve apresentar documentação atualizada que o identifique como funcionário da Contratada;

o) É vedada a sublocação de veículos e recursos humanos, devendo a CONTRATADA, ser responsável direta por toda a logística para realização do cumprimento do objeto;

p) A CONTRATADA deverá fornecer, continuamente, as embalagens (bombona ou contêiner) para a coleta dos resíduos, contendo as seguintes características: resistentes, rígidas e estanques, com tampa rosqueável, adequadas para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos e tóxicos, com identificação conforme legislação vigente, em número suficiente para dispensação e armazenagem dos resíduos, sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos.

q) As bombonas ou contêineres retirados para o transporte devem ser imediatamente substituídas por outras e não simplesmente esvaziado, vazias e apropriadamente identificadas, sem ônus para o CONTRATANTE;

Tratamento e Destinação Final

Serão admitidos como métodos de tratamento dos resíduos dos serviços de saúde a incineração, autoclave, microondas, ou ainda outro método que venha a ser criado e devidamente reconhecido pela sua eficiência pelos órgãos ambientais competentes.

a) Para encaminhamento dos RSS para destinação final, obrigatoriamente, a Contratada deve realizar avaliação dos RSS tratados e se estes não apresentarem o caráter de inocuidade, deverão passar novamente pelo processo de tratamento;

b) Para encaminhamento dos RSS para disposição final, obrigatoriamente, a Contratada deve realizar avaliação dos RSS tratados e se apresentarem inocuidade, deverão ser classificados como REJEITOS.

c) Para resíduos perigosos: envio a unidade licenciada de tratamento e incineração ou coprocessamento. Emissão de comprovantes (manifestos de transporte, CDF – Certificado de Destinação Final).

d) A CONTRATADA terá inteira responsabilidade sobre a disposição final dos RSS e, caso exista alteração do processo de destino final, durante a vigência do contrato, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos;

e) Deverá ser emitido pela contratada e entregue ao fiscal do contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CPF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta;

f) Durante a vigência do contrato, caso exista alteração do processo de tratamento a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos;

g) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os tratamentos adequados para cada tipo de resíduo e suas subdivisões, conforme preceitua a RDC nº 222/2018 da ANVISA;

h) A CONTRATADA deverá se enquadrar às normas de tratamento estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC 222/2018 da ANVISA, apresentando mensalmente ao fiscal do contrato documentos comprobatórios da sua realização;

i) Esses requisitos garantem que o serviço atenda plenamente às necessidades das unidades e esteja em conformidade com a legislação aplicável;

j) Os colaboradores da empresa prestadora do serviço devem sempre identificados, e utilizar os Equipamentos de Proteção Individual quando estiverem realizando suas atividades, respeitando a legislação vigente sobre os Resíduos;

l) Será permitida a subcontratação para o serviço de incineração e de disposição final dos Resíduos do Serviço de Saúde.

Plano Operacional e Procedimentos

- Apresentação de Plano Operacional de Coleta e Transporte, contendo:
 - Frequência das coletas;
 - Cronograma;
 - Metodologia de execução;
 - Medidas de segurança;
 - Plano de contingência para emergências.
 - Manutenção de sistema de rastreabilidade dos resíduos, com registros. A prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de serviços de Saúde (RSS) deverá assegurar rastreabilidade completa desde o ponto de geração até a destinação final, de modo a garantir a conformidade legal, a segurança sanitária e ambiental, bem como o efetivo controle por parte da Administração Municipal, com a **quantidade coletada, data e local da coleta, tratamento realizado, destinação final; disponibilização de relatórios periódicos à Administração.**

A observância dos critérios de rastreabilidade e controle é essencial para assegurar a transparência, a responsabilidade ambiental, a segurança sanitária e o cumprimento das obrigações legais inerentes à gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde no âmbito municipal. Para fins de rastreabilidade e controle, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes requisitos:

- Identificação dos resíduos na origem, com registro da unidade geradora, data, tipo de resíduo e quantidade coletada, conforme a classificação estabelecida na RDC ANVISA nº 222/2018;
- Emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou documento equivalente exigido pelo órgão ambiental competente, contemplando todas as etapas do manejo dos RSS;
- Registro da coleta e do transporte, com indicação do veículo utilizado, motorista responsável, horários de coleta e de entrega, bem como a unidade de tratamento e destinação final, isto é, comprovação do tratamento e da destinação final, por meio de certificados, laudos ou relatórios emitidos pela empresa responsável, devidamente licenciada pelos órgãos ambientais;
- Em caso de subcontratação do Serviço de Disposição Final, a contratada se obriga a apresentar cópia do Certificado de Destinação Final dos Resíduos de Serviços de Saúde emitido pela empresa subcontratada, bem como as autorizações das mesmas nos órgãos competentes (licenças, alvarás e cadastros para o funcionamento das mesmas);
- Manutenção de sistema de controle, físico ou eletrônico, que permita o acompanhamento, o arquivamento e a

- disponibilização das informações relativas à gestão dos RSS, pelo período mínimo exigido pela legislação vigente;
- Disponibilização das informações à Administração Municipal, sempre que solicitado, para fins de fiscalização, auditoria e controle interno e externo;
- Adoção de procedimentos de controle operacional, visando prevenir extravios, descartes irregulares ou qualquer forma de manejo inadequado dos RSS.

A contratada se obriga a emitir mensalmente, no ato da emissão da Nota Fiscal, o Certificado de Tratamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde, contendo a quantidade, classificação dos resíduos, método de esterilização, local da disposição final, bem como indicação de profissional habilitado pelo seu conselho de classe responsável pelas operações.

Segurança do Trabalho e Meio Ambiente

- Cumprimento das normas de segurança do trabalho;
- Treinamento periódico dos colaboradores;
- Adoção de medidas para prevenção de acidentes, vazamentos e contaminações;
- Responsabilidade Técnica;
- Indicação de responsável técnico habilitado, com registro no conselho profissional competente quando exigido pela legislação;
- Fiscalização e Conformidade Contratual;
- Submissão à fiscalização da Administração;
- Atendimento às determinações do fiscal do contrato;
- Correção imediata de eventuais não conformidades.

Os requisitos técnicos acima visam assegurar que a empresa contratada possua capacidade técnica, legal e operacional para executar os serviços de forma contínua, segura e em conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente, garantindo a proteção da saúde pública, do meio ambiente e da Administração Pública.

Critério de Sustentabilidade

A contratação da empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica, em conformidade com o art. 11 e o art. 144 da Lei nº 14.133/2021, bem como com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Sustentabilidade Ambiental

A empresa contratada deverá:

- Adotar métodos de tratamento ambientalmente adequados, devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente;
- Priorizar tecnologias que promovam a redução de impactos ambientais, como diminuição da emissão de poluentes e da geração de rejeitos;
- Garantir a destinação final ambientalmente correta dos resíduos tratados;
- Manter controle e rastreabilidade dos resíduos, assegurando sua correta gestão;
- Prevenir vazamentos, derramamentos e contaminações do solo, da água e do ar.
- Manter licenças ambientais válidas durante toda a vigência contratual;
- Atender integralmente às normas da ANVISA, CONAMA, ABNT, ANTT e demais legislações aplicáveis;
- Assumir a responsabilidade por eventuais danos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

Sustentabilidade Social

A contratada deverá:

- Cumprir integralmente a legislação trabalhista e de segurança do trabalho;
- Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados;
- Promover treinamento contínuo dos colaboradores envolvidos na execução dos serviços;
- Adotar práticas que assegurem condições dignas e seguras de trabalho.

Sustentabilidade Econômica

- Utilizar processos eficientes que contribuam para a redução de desperdícios;

- Assegurar a execução dos serviços com eficiência operacional, evitando retrabalhos e custos adicionais;
- Garantir a continuidade do serviço público com qualidade e regularidade, prevenindo contratações emergenciais.

Monitoramento e Avaliação

- Disponibilizar relatórios periódicos contendo informações sobre volumes coletados, métodos de tratamento e destinação final;
- Submeter-se à fiscalização da Administração, permitindo a verificação do atendimento aos critérios de sustentabilidade estabelecidos;
- Os critérios de sustentabilidade estabelecidos visam assegurar que a contratação contribua para a proteção da saúde pública, a preservação do meio ambiente e a eficiência do gasto público, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável e às exigências legais aplicáveis às contratações públicas.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

- O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

- A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, devendo ser agendado na Secretaria de Saúde pelo telefone 19.3806-2003/ 3862-1174 falar com Rosemary de Fátima Silva ou Sonia Aparecida dos Santos

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Instalação de escritório

Não será exigida da empresa contratada a manutenção de escritório ou sede no Município de Mogi Mirim, de modo a não restringir a competitividade do certame.

Entretanto, a empresa deverá garantir acesso fácil e rápido à Administração, disponibilizando canais de comunicação eficazes e atendimento ágil, de forma a possibilitar a pronta resposta para correção de eventuais inconformidades, ajustes operacionais, atendimento a demandas emergenciais e suporte técnico durante toda a vigência contratual.

Margem de Preferência

O objeto da presente contratação classifica-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório.

Para a presente contratação, não será adotada margem de preferência, tendo em vista que:

O objeto refere-se à prestação de serviço comum, não envolvendo fornecimento de bens passíveis de aplicação de margem de preferência;

A adoção de margem de preferência não se mostra necessária para atendimento ao interesse público;

A competitividade do certame deve ser preservada, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração;

Dessa forma, o julgamento das propostas será realizado com base em critérios objetivos, em igualdade de condições entre os licitantes, observados os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência.

Condições para Início e Execução dos Serviços

Os serviços objeto deste contrato terão início após a assinatura do instrumento por ambas as partes e o cumprimento das condições prévias acordadas, incluindo, quando aplicável, o pagamento inicial, a entrega de informações necessárias e a aprovação do cronograma de execução.

Execução dos Serviços

Os serviços serão executados de acordo com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidos neste contrato e em seus anexos, observando-se as boas práticas do mercado e a legislação aplicável.

Obrigações da Contratada

A Contratada compromete-se a:

Empregar os recursos humanos e técnicos necessários à adequada execução dos serviços;

Manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso;

Cumprir os prazos acordados, salvo em casos de força maior ou por atraso imputável à Contratante.

Obrigações da Contratante

A Contratante compromete-se a:

Fornecer, em tempo hábil, todas as informações, documentos e acessos necessários à execução dos serviços;

Realizar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos;

Cooperar com a Contratada sempre que necessário para o bom andamento dos trabalhos.

Alterações e Ajustes

Qualquer alteração no escopo, prazo ou forma de execução dos serviços deverá ser previamente acordada entre as partes, por

escrito, podendo implicar ajustes de valores e prazos.

Suspensão dos Serviços

O não cumprimento das obrigações contratuais por qualquer das partes poderá ensejar a suspensão temporária dos serviços, até a regularização da situação, sem prejuízo das demais disposições contratuais.

4- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

- Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

As quantidades indicadas neste instrumento têm caráter estimativo, servindo exclusivamente como referência para o planejamento, a composição de preços e a execução dos serviços ou fornecimentos contratados.

As quantidades efetivamente executadas ou fornecidas poderão variar para mais ou para menos, de acordo com as necessidades da Contratante, sem que tal variação implique obrigação de contratação do quantitativo total estimado.

A Contratada deverá estar apta a atender às variações de demanda dentro dos limites estabelecidos neste contrato, observadas as condições de preço, prazo e demais disposições pactuadas.

O pagamento será realizado com base nas quantidades efetivamente executadas ou fornecidas, devidamente comprovadas e aceitas pela Contratante, conforme critérios de medição e faturamento previstos neste instrumento.

Eventuais ajustes que ultrapassem os limites contratuais ou que impliquem alteração significativa do escopo deverão ser previamente formalizados por meio de termo aditivo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE 60 MESES	QUANTIDADE MÊS	QUANTIDADE 2026
01	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupos A1, A3, A4 e E	KG	402.000	6.700	53.600
02	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo B	KG	15.000	250	2.000
03	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo A2	KG	184.800	3.080	24.640

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

- Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021

Com base no levantamento de mercado realizado, constatou-se que há mais de uma solução disponível no mercado capaz de atender à demanda de coleta, transporte e tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente. As soluções identificadas incluem empresas devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, que utilizam diferentes tecnologias de tratamento, tais como: incineração; autoclavagem; tratamento químico; outras tecnologias autorizadas pelos órgãos reguladores.

Observou-se ainda que os fornecedores oferecem modelos operacionais distintos, com variações quanto à frequência de coleta, logística, capacidade de atendimento, prazos de tratamento e custos, todos aptos a atender às exigências técnicas e legais do objeto.

A existência de múltiplos prestadores e tecnologias demonstra que o mercado possui capacidade técnica e concorrencial suficiente, possibilitando a ampla competição e a seleção da proposta mais vantajosa para Administração/Contratante, conforme os critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

Descrição das soluções

As licitações municipais geralmente contratam essas empresas para o ciclo completo do resíduo (grupos A, B e E), garantindo conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018:

Coleta e Transporte Externo: Remoção de RSS dos abrigos de resíduos até a unidade de tratamento, utilizando veículos baú

sinalizados.

Tratamento de Resíduos: Processos de esterilização, incluindo autoclavação (vapor sob pressão) e incineração.

Destinação Final: Disposição em aterros sanitários licenciados ou aterros industriais.

Gestão de Resíduos Hospitalares: Coleta de materiais infectantes (Grupo A), resíduos químicos (Grupo B) e perfurocortantes (Grupo E).

Com base em licitações e registros, diversas empresas atuam na coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde como Exemplos:

Estre Ambiental: Uma das maiores empresas de serviços ambientais do Brasil. Servioeste: Especializada em incineração e tratamento de resíduos de saúde.

Cetric: Atua na coleta, transporte e destinação final, incluindo aterro industrial.

Silcon: Empresa focada no recolhimento e gerenciamento de resíduos com selos de identificação.

Vallore Ambiental: Especializada no tratamento de resíduos dos serviços da saúde. MWTS, Bioacces,

Ambserv: Empresas com atuação regionalizada ou específica no manejo e tratamento.

Comparativo das soluções

Alternativa	Características	Pontos Fortes	Pontos a Considerar	Custo Estimado*
Incineração	Destruição térmica completa, redução de volume	Alta eficiência; destruição total de agentes biológicos	Maior custo; controle ambiental rigoroso necessário	Alto
Autoclavagem	Vapor sob pressão para neutralização de resíduos biológicos	Seguro, menor impacto ambiental; adequado para resíduos infectantes	Capacidade limitada para certos tipos de resíduos	Médio
Tratamento químico	Neutralização de resíduos líquidos ou específicos	Eficaz para certos tipos de resíduos; menos emissão de poluentes	Manuseio complexo; exige produtos químicos	Médio
Contratação integrada com empresa licenciada	Coleta, transporte e tratamento realizados por prestador habilitado	Conveniência operacional; rastreabilidade; cumprimento legal garantido	Dependência de prestador externo; contrato deve prever fiscalização	Variável, mas competitiva

Conclusão

Custos estimados são relativos à operação mensal ou anual, considerando coleta, transporte e tratamento, conforme levantamento de mercado.

Decisão quanto a melhor solução

A melhor solução é uma empresa que atenda a necessidade de coleta e transporte quanto as alternativas e de acordo com a legislação, para isso deve - se analisar:

- Necessidade de atender normas sanitárias e ambientais (ANVISA RDC 222/2018 e CONAMA);
- Garantia de segurança para os trabalhadores e população;
- Rastreabilidade completa de resíduos desde a geração até o destino final;
- Cobertura da demanda diária e possibilidade de escalonamento conforme necessidade.
- Análise de custo-benefício mostra que a solução integrada por empresa licenciada

- proporciona previsibilidade de custos e eficiência operacional;
- Evita passivos legais e riscos de multas;
- Permite concorrência entre fornecedores, favorecendo preços compatíveis com o mercado

Portanto a solução escolhida é a contratação de empresa licenciada que ofereça coleta, transporte e tratamento integrado de RSS, utilizando tecnologia adequada para cada tipo de resíduo (autoclavagem para biológicos, incineração para infectantes e químicos quando necessário).

Motivos da escolha:

- Comparação entre Solução Contratada e Serviço Próprio Municipal – Coleta, Transporte e Tratamento de RSS
- Justificativa Técnica e Econômica da Escolha pela Solução Contratada
- Após avaliação das alternativas, a contratação de empresa licenciada para execução dos serviços de coleta, transporte e tratamento de RSS se mostra superior ao modelo de serviço próprio municipal por razões técnicas e econômicas.
- Cumprimento integral da legislação sanitária e ambiental;
- Segurança operacional;
- Melhor equilíbrio entre custo, qualidade e eficiência;
- Facilidade de gestão e rastreabilidade.

Crítérios	Empresa Licenciada - Contratada	Serviço Próprio Municipal
Conformidade Legal	Alto - empresa já licenciada e auditada pelos órgãos ambientais	Depende de estrutura e licenciamento próprios, o que pode demandar tempo e investimento
Especialidade Técnica	Elevada - expertasi específica em RSS e tecnologias adequadas	Pode ser limitada, exigindo capacitação/contratação de profissionais especializados
Rastreabilidade e controle	Sistema de rastreamento e certificação já implantado	Necessita investimento em sistemas de rastreabilidade e gestão
Custo inicial	Baixo - sem investimento em aditivo	Alto (equipamentos, licenças, instalações e treinamento)
Custo operacional	Competitivo e previsível	Variável; pode ser maior no início e ao longo do tempo
Escalabilio	Alta - ajusta-se conforme demanda	Limitada — depende de capacidade instalada e contratação de pessoal
Riscos legais e ambientais	Mitigados pela contratada, com responsabilidade técnica definida	Assumidos integralmente pelo município
Prazo de implantação	Curto - início após contratação	Longo — licenciamento, aquisição de ativos, contratação e treinamento

6 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE 60 MESES	QUANTIDADE MÊS	QUANTIDADE 2026	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupos A1, A3, A4 e E	KG	402.000	6.700	53.600	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS

02	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo B	KG	15.000	250	2.000	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS
03	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo A2	KG	184.800	3.080	24.640	SIGILOS	SIGILOS	SIGILOS

Do sigilo do orçamento

Em atenção ao disposto no art. 24, da Lei n. 14.133/2021, a Administração elaborou o orçamento estimado da contratação com base em levantamento de mercado, o qual permanecerá sob regime de sigilo até a conclusão do certame, resguardado no processo administrativo.

A manutenção do sigilo do valor estimado tem por finalidade resguardar a competitividade entre os licitantes e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, evitando a formação artificial de preços ou combinações indevidas no mercado.

O orçamento somente será divulgado em momento posterior, na forma da lei, de modo a preservar a lisura do procedimento e o interesse público, em conformidade com a legislação vigente e com os entendimentos firmados pelos Tribunais de Contas.

7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

-Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Após a análise das alternativas existentes no mercado e considerando os aspectos técnicos, legais, econômicos e de planejamento, a solução mais adequada para atendimento da necessidade da Administração consiste na Contratação de empresa especializada em coleta, transporte e tratamento de RSS.

A presente solução foi definida em razão de sua maior viabilidade técnica, eficiência operacional e aderência às normas vigentes, além de representar a alternativa que melhor conjuga custo benefício, segurança jurídica e sustentabilidade.

O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações descritas no Termo de Referência, respeitando os prazos e condições estabelecidos no contrato. A execução será acompanhada e fiscalizada pela Administração, garantindo o cumprimento integral do objeto, a observância da legislação aplicável e a promoção do interesse público.

8 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Opta-se pela não realização de parcelamento do objeto, uma vez que a divisão em lotes/itens comprometeria a execução integral e coordenada do contrato, geraria aumento de custos ou se mostraria tecnicamente inviável.

A execução unificada é necessária para garantir a padronização do fornecimento/serviço, o controle centralizado da execução, a integração entre as etapas e a redução de riscos contratuais.

A decisão observa o art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que prevê que o parcelamento será adotado quando viável e vantajoso, hipótese não aplicável no presente caso.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

-Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Com a presente contratação, a Administração pretende alcançar resultados que atendam ao interesse público e assegurem a adequada relação entre custo e benefício. Os resultados esperados incluem:

- Atendimento à necessidade identificada, solucionando o problema ou suprimindo a carência apontada;
- Continuidade e eficiência dos serviços públicos, evitando interrupções ou prejuízos à coletividade;
- Racionalização do gasto público, mediante planejamento prévio, escolha da solução mais vantajosa e observância da economicidade;
- Promoção da sustentabilidade, com a adoção de práticas que minimizem impactos ambientais e sociais;
- Cumprimento de metas e planos governamentais, em alinhamento com o PPA, LDO, LOA e instrumentos setoriais.

Dessa forma, a contratação contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população e para o fortalecimento da capacidade institucional da Administração.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantir o atendimento integral à legislação vigente, em especial às normas da ANVISA, CONAMA, ABNT e demais dispositivos legais aplicáveis à gestão de RSS, reduzindo riscos de sanções administrativas e legais.
- Proteção da Saúde Pública e Ocupacional
- Minimizar riscos à saúde dos servidores, usuários, pacientes e da população em geral, por meio do manejo adequado dos resíduos potencialmente infectantes, químicos e perfurocortantes.

10 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Antes da deflagração do procedimento licitatório, deverão ser adotadas as providências preliminares necessárias à adequada instrução processual, garantindo o cumprimento da legislação aplicável e a consistência do planejamento.

Entre elas, destacam-se:

- Documento de Formalização da Demanda (DFD) e do Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- Compatibilidade da contratação com o PPA, LDO e LOA, em atendimento ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021;
- Definição do valor estimado com base em levantamento de mercado;
- Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;
- Emissão de parecer jurídico e manifestação da área técnica, quando cabível;
- Indicação do fiscal e gestor do contrato, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Obtenção de licenças, autorizações e registros necessários (quando aplicável ao objeto);
- Essas medidas asseguram que a contratação esteja devidamente planejada, fundamentada e alinhada aos princípios da eficiência, da transparência e do interesse público;
- Assegurar a correta segregação, tratamento e destinação final dos resíduos, evitando a contaminação do solo, da água e do ar, e promovendo práticas ambientalmente responsáveis;
- Garantir a regularidade, continuidade e eficiência dos serviços, com coleta realizada em conformidade com a demanda gerada, evitando acúmulo inadequado de resíduos nas unidades geradoras;
- Obter serviços executados conforme padrões técnicos reconhecidos, com uso de equipamentos apropriados, veículos licenciados e tecnologias de tratamento adequadas ao tipo de resíduo;
- Assegurar a rastreabilidade dos resíduos desde a geração até a destinação final, mediante emissão de manifestos, relatórios técnicos e certificados de tratamento e destinação;
- Mitigar riscos operacionais, ambientais e reputacionais para a instituição, transferindo a responsabilidade técnica do tratamento dos resíduos a empresa devidamente licenciada e especializada;
- Promover o uso eficiente dos recursos financeiros, por meio da contratação de empresa com capacidade técnica comprovada, evitando custos decorrentes de manejo inadequado ou retrabalho.

11 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

- Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Para a plena fruição do objeto e a mitigação de riscos de descontinuidade, identificam-se contratações e/ou providências correlatas (conexas ao objeto principal) e interdependentes (condicionantes de sequência ou desempenho), agrupadas em:

I – Contratações e Providências Correlatas

Aquelas que, embora não integrem diretamente o objeto principal, são necessárias para garantir sua adequada execução, compreendendo:

Disponibilização de áreas adequadas para armazenamento temporário dos RSS, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes;

Aquisição e manutenção de recipientes, contentores e embalagens padronizadas para segregação, acondicionamento e identificação dos resíduos;

Implementação ou atualização do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), quando aplicável;

Capacitação e orientação dos servidores envolvidos na segregação e no acondicionamento dos resíduos;

Adoção de procedimentos internos de controle e registro da geração e entrega dos resíduos à empresa contratada.

II – Contratações e Providências Interdependentes

Aquelas cuja execução é condicionante para o início, continuidade ou desempenho satisfatório do objeto contratado, compreendendo:

Obtenção e manutenção das licenças ambientais e sanitárias exigidas para a execução dos serviços, tanto pela Administração quanto pela empresa contratada, quando aplicável;

Designação formal do gestor e do fiscal do contrato, previamente ao início da execução contratual;

Estabelecimento de fluxos operacionais e cronogramas de coleta, compatíveis com a rotina das unidades geradoras;

Definição e disponibilização de meios de controle, acompanhamento e fiscalização, incluindo manifestos de transporte, relatórios técnicos e certificados de tratamento e destinação final;

Garantia da continuidade orçamentária e financeira, de modo a evitar interrupções na prestação dos serviços.

Decisão sobre tratamento (único certame x certames distintos): Cada correlata é analisada à luz do art. 40, §1º, da Lei 14.133/21 (vantagem do parcelamento, especialização, escala, gestão contratual).

Quando a divisão ampliar competitividade e reduzir riscos de execução, adotar-se-ão certames distintos. Quando a execução unificada evitar interfaces críticas e reduzir custos de coordenação, manter-se-á contratação integrada.

Gestão de interfaces: Será elaborada matriz de responsabilidades (Administração x contratadas), com marcos de precedência (dependências entre entregas), SLA de resposta entre fornecedores e planos de contingência (riscos e mitigação).

12 - IMPACTOS AMBIENTAIS

-Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) apresenta impactos ambientais relevantes, os quais devem ser devidamente avaliados e mitigados, nos termos da legislação vigente.

Impactos Ambientais Positivos

Redução do risco de contaminação ambiental, mediante o manejo adequado dos resíduos potencialmente infectantes, químicos e perfurocortantes;

Prevenção da poluição do solo, da água e do ar, em razão da adoção de tecnologias de tratamento e destinação final ambientalmente licenciadas;

Conformidade com normas ambientais e sanitárias, promovendo práticas sustentáveis e responsáveis na gestão de resíduos;

Incentivo à rastreabilidade e ao controle ambiental, com emissão de manifestos e certificados de tratamento e destinação final;

Fortalecimento da gestão ambiental institucional, por meio da adoção de procedimentos padronizados e ambientalmente adequados.

Impactos Ambientais Potenciais Negativos e Medidas Mitigadoras

Emissões atmosféricas e consumo de combustível decorrentes do transporte dos resíduos, mitigadas por meio da exigência de veículos licenciados, manutenção adequada da frota e rotas otimizadas;

Geração de efluentes, cinzas ou rejeitos resultantes do tratamento dos resíduos, mitigada pela exigência de tecnologias licenciadas e destinação final ambientalmente adequada;

Risco de acidentes ambientais durante a coleta e o transporte, mitigado pela adoção de procedimentos operacionais padronizados, capacitação dos trabalhadores e uso de equipamentos adequados.

Conclui-se que os impactos ambientais associados à contratação são predominantemente positivos, desde que os serviços sejam executados por empresa devidamente licenciada e fiscalizada, observadas as normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis, contribuindo para a proteção do meio ambiente e da saúde pública.

Essas providências visam assegurar que a contratação contribua não apenas para a satisfação da necessidade pública, mas também para a preservação ambiental e para a promoção da sustentabilidade.

13 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

-Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21

Essa equipe de planejamento declara viável esta contratação com base no Estudo Técnico Preliminar consoante o art. 18, §1º, XIII da Lei n. 14.133/2021.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/____

OBJETO:

Razão Social do Licitante:
CNPJ/CPF:
Endereço Completo:
Email:
Telefone:
Representante Legal que assinará o contrato:
Telefone:
Email:
CPF:
Cargo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE 60 MESES	QUANTIDADE MÊS	QUANTIDADE 2026	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupos A1, A3, A4 e E	KG	402.000	6.700	53.600			
02	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo B	KG	15.000	250	2.000			
03	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo A2	KG	184.800	3.080	24.640			

DECLARAMOS que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros.

Finalmente, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos.

Para efetivação de pagamentos devidos em decorrência deste certame licitatório, informar Banco: (preferencialmente oficial), Agência: n.º _____ e Conta Corrente: n.º _____

Indicar nome completo, RG, CPF/MF e endereço de pessoa que assinará eventual avença decorrente desse certame:

• Assina pela empresa: _____ RG _____, CPF/MF _____ Endereço _____

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contadas a partir da presente data.

Prazo de Entrega: Conforme Edital

Condições de Pagamento: Conforme Edital

Cidade, _____, de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
Assinatura com certificado digital ICP-Brasil

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO DE HABILITAÇÃO

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. ____/____ declara:

Atende as condições estabelecidas no edital e inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação, sob pena de responder pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei.

Não está impedida de licitar ou de contratar com a Administração Pública Municipal nos Termos do artigo 156 da Lei 14133/2021, nos incisos III e IV, §4º, §7º.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Cidade, ____ de ____ de ____.

Nome e assinatura do representante legal

Assinatura com certificado digital ICP-Brasil

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR E RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR E RESERVA DE CARGOS

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. ____/____ declara:

Não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos nos termos do disposto no inciso VI do art.68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Cumpram as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
Assinatura com certificado digital ICP-Brasil

ANEXO V - DEMAIS DECLARAÇÕES

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. ____/____ declara:

Que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para fins estabelecidos no parágrafo único do Artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.

- Sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- Não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa no Município de Mogi Mirim que impossibilite a participação no referido Pregão Eletrônico.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
Assinatura com certificado digital ICP-Brasil

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ARTIGO 4º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

A signatária, para fins de participação no Pregão Eletrônico n. ____/____ declara, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas aplicáveis, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ Nº _____ é micro empresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e que, a obtenção de benefícios nos termos do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 fica limitada às micro empresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1(um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos em lei.

Declara ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Nome e assinatura do representante legal
Assinatura com certificado digital ICP-Brasil

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, COM IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA (PEVS) E IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONTÊINER SUBTERRÂNEO NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM/SP

Por este instrumento de contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM**, Pessoa Jurídica, com sede administrativa nesta cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Dr. José Alves nº 129, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.332.095/0001-89, neste ato representado pelo (a) Secretário (a) de [NOME DA PASTA], [NOME DO SECRETÁRIO/A], nomeado pela Portaria n. [NÚMERO DA PORTARIA DE NOMEAÇÃO], portador da matrícula funcional n. [NÚMERO DO RE], de ora em diante designada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA] inscrita no CNPJ sob o n.º [NÚMERO DO CNPJ], sediada na cidade de [CIDADE] ([SIGLA ESTADO]), à [ENDEREÇO COMPLETO, TELEFONE, EMAIL], neste ato devida e regularmente representada nos termos do (a) [VERIFICAR SE TRATA-SE DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATO OU PROCURAÇÃO] por [NOME DO SÓCIO OU PROCURADOR], de ora em diante designada simplesmente CONTRATADA e, de conformidade com os elementos constantes do processo de Licitação sob modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, n. ____/2024, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 01 de abril de 2021, do Decreto Municipal n. 9.304, de 11 de junho de 2024, e demais legislações aplicáveis, na forma legalmente representada, ficou ajustado e acertado a assinatura do presente termo, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas, a saber:

1. DO OBJETO

1.1 A CONTRATADA, na qualidade de vencedora do processo licitatório objeto do Pregão Eletrônico n. ____/____, e seus anexos, obrigou-se a puxar objeto do item 1.1 do edital, conforme especificações constantes no Anexo I - Termo de referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE 60 MESES	QUANTIDADE MÊS	QUANTIDADE 2026	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupos A1, A3, A4 e E	KG	402.000	6.700	53.600			

02	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo B	KG	15.000	250	2.000			
03	Coleta e transporte de resíduo do serviço de saúde - RSS - Grupo A2	KG	184.800	3.080	24.640			

1.2 Vinculam-se a presente contratação, independente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital da Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 Condições de Execução

2.1.1 A execução do objeto será considerada estruturada nas seguintes etapas:

Etapa	Descrição	Período
Etapa 1	Mobilização operacional e adequação logística	A partir da assinatura do contrato ou da Emissão da Ordem de Serviço
Etapa 2	Início da coleta regular e demais etapas do serviço	Após emissão da Ordem de Serviço
Etapa 3	Execução contínua e ininterrupta do serviço	Durante toda a vigência contratual

2.2 Cronograma de Execução

- A execução dos serviços obedecerá a cronograma operacional previamente definido, compatível com a natureza contínua do objeto, contemplando:
- Mobilização inicial da Contratada;
- Início das coletas regulares;
- Execução contínua das etapas de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação;
- Consolidação mensal dos dados para fins de fiscalização, medição e pagamento.
- O cronograma poderá ser ajustado, mediante justificativa técnica e anuência da Fiscalização do Contrato, sem prejuízo da continuidade do serviço e do atendimento às normas vigentes.

2.3 Local e horário da prestação dos serviços

LOCAL - UNIDADE E ENDEREÇO	PERIODICIDADE DE COLETA
ALMOXARIFADO SAÚDE (Farmácia alto custo e processos) Av. Adib Chaib, 2250 – Centro - Telefone – 3805- 4963	três dias na semana
APAE Av. Jacarei 585 – Jd 31 de Março	5º feiras
BEM ESTAR ANIMAL (BEA) Joaquim Guerreiro Dias, 111 - Jardim Panorama	três dias na semana
Casa Laranjeira e Casa -Mogi Mirim Rod Wilson Finardi SP 191 , KM 7,4 - Centro	5º feiras
CCZ – Centro Controle Zoonose - Solange Maria Chubba (MIRANTE) R. Joaquim Dias Guerreiro, 111 fundos - Telefone – (19) 3862-4382, 3806-1418	três dias na semana

CEMM – Centro Especialidades de Mogi Mirim –Carlos Guilherme Hofling Neste complexo a 06 blocos (CEMM/VS/Laboratório/ Transporte/Reabilitação e SAMU) - Av. Adib Chaib, 1001 – Vila São José	três dias na semana
Farmácia Gratidão Rua Marciliano, 351 – centro - Telefone – (19) 3804-5061	duas vezes na semana
ILPI Sociedade Santo Antônio Rua manaus,226 – Jd Getúlio Vargas	três dias na semana
ILPI Instituto Coronel João Leite Rua Marciliano , 610 - Centro	duas vezes na semana
ILPI São Francisco Rua Benedita Cunha Campos, 299 – Jd Nazaré	duas vezes na semana
Lar Maria Nazaré Av. Nelson Patelli, 79 – Pq Imprensa	duas vezes na semana
Santa Casa de Misericórdia Rua Maestro Azevedo, 124 - Centro	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS – Abílio Guarnieri (SANTA CRUZ) Rua Rio de Janeiro, 823 - Santa Cruz - Telefone - (19) 3804-3284, 3806-1872	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS – DR MARCELO ORLANDI (ATERRADO) Rua Domingos dos Santos, 105 – Aterrado Telefones – (19) 3804-3268, 3806-1598	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS - Dr. VANDERLEI SILVA BUENO (VILA DIAS) Rua Cuba, 20 – Vila Dias Telefones – (19) 3804-3840, 3806-1663	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS – José Antonio Villa Nova (JD. PLANALTO) Rua Sebastião Milano Sobrinho, 1445 – (Avenida Principal) = Telefone – (19) 3804-3259	3º e 5º feiras
UNIDADE APS -Dr Antonio Albejante Filho- MOGI MIRIM II Rua Timbiras, 51 – Mogi Mirim II - Telefones – (19) 3806-3860, 3806-5594	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS -Dr. Geraldo Freire (SANTA CLARA) Rua Estanislau Kroll, 45 - Santa Clara - Telefone - (19) 3804-3901, 3805-4773	2ª, 4ª e 6ª feiras
UNIDADE APS Córrego Azul - Rural Noroeste Estrada Velha de Conchal , 0, Sétimo Biazoto	5ª feira
UNIDADE APS Piteiras - Rural Sudeste Rodovia dos Agricultores, km 1,5 – SP 147	5ª feira
UNIDADE APS- Patrono Dr. Hermes Neto de Araújo (MARTIM FRANCISCO) Av. Luiz Pilla, nº 1350 – Martim Francisco (avenida principal) - Telefone – (19) 3805-1130	duas vezes na semana
UNIDADE APS - DR. José Antônio Seixas Pereira - SEHAC Rua Peru, 20 – SEHAC Telefones – (19) 3806-6662, 38054879	3º e 5º feiras
UNIDADE APS - Dr. Norberto Araujo Coelho (MARIA BEATRIZ) Rua Juvenal Toledo, 120 – Maria Beatriz - Telefone - (19) 3804.3894, 3806.1789	3º e 5º feiras
UNIDADE APS -PatronoJosé Jorge Modena - PQ ESTADO Rua Ana Zuliane, 248 – Parque do Estado II -Telefone – (19) 3804-3831	3º e 5º feiras
UNIDADE APS – Darci Mariotoni (JD. PAULISTA) Rua Dr. Décio Pereira de Queiroz Telles, 447 – Jd Paulista - Telefones – (19) 3804-1317, 3805-4796	SEMANAL

UNIDADE APS Gabrielzinho – Rural Sudeste SP 340 – km149 – bairro dos Campos	semanal a combinar - equipe itinerante
UNIDADE APS Horto Vergel - Rural Sudeste Rodovia Clodoaldo de Paiva (SP 147), KM 51 Agrovila, Horto de Vergel	5ª feira
UNIDADE APS Pederneiras - Rural Noroeste Rodovia Imeira – KM / Praça São José, 0, Rodovia Engenheiro J, Mogi Mirim	6ª feira
UPA 24 HORAS Rua Elzio Mariotoni, 369 – ALTO do MIRANTE	2ª, 4ª e 6ª feiras
Unidade Zona Norte em construção	
Unidade Zona Leste em construção	

2.3.1 A **coleta, transporte e tratamento de resíduos de saúde** será uma vez na semana, chegando duas e três vezes em outras. Portanto, a empresa contratada deverá apresentar um **escalonamento de coleta semanal em cada unidade de serviço com hora**, sendo que o horário deve ser entre **7h e 16h**. Esta escala deverá ser acordada com a contratada, no caso da Secretaria de Saúde. A empresa também deverá garantir que todos os procedimentos sejam realizados conforme as normas e exigências legais para a gestão de resíduos da saúde, garantindo a segurança e a eficiência no processo.

2.3.2 Os serviços serão prestados no seguinte horário:

- Os serviços de pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação/disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) serão prestados em dias e horários previamente definidos em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, observadas as rotinas de funcionamento das Unidades de coleta e as normas sanitárias e ambientais vigentes.
- A coleta deverá ocorrer, preferencialmente, em horário compatível com o funcionamento regular das Unidades, de modo a não comprometer a assistência à saúde, a segurança dos usuários e trabalhadores, nem a logística interna das unidades.
- Quando necessário, em situações excepcionais ou emergenciais, devidamente justificadas, a Contratada deverá realizar a prestação do serviço em horários diferenciados, inclusive fora do horário administrativo, sem prejuízo da continuidade do serviço, mediante solicitação da Contratante ou da Fiscalização do Contrato.
- Os horários específicos de coleta por Unidade poderão ser ajustados ao longo da execução contratual, desde que mantidas a regularidade, a frequência mínima e a eficiência do serviço, não caracterizando alteração do objeto contratual.

2.4 Materiais a serem disponibilizados

- Para a perfeita execução dos serviços de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação/disposição final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), a Contratada deverá disponibilizar, por sua exclusiva responsabilidade e às suas expensas, todos os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e insumos necessários à adequada execução do objeto contratual, em quantidade suficiente e qualidade compatível com as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.
- Os materiais e equipamentos disponibilizados deverão ser adequados, certificados quando exigido, mantidos em perfeitas condições de uso, funcionamento e conservação, promovendo-se a imediata substituição sempre que apresentarem desgaste, defeito, descalibração ou qualquer condição que possa comprometer a segurança, a eficiência do serviço ou a conformidade com a legislação vigente.
- A Contratada deverá observar, no mínimo, os padrões estabelecidos na RDC ANVISA nº 222/2018, nas Resoluções CONAMA aplicáveis, nas normas da ABNT, nas normas da ANTT para transporte de produtos perigosos, bem como demais legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.
- A relação detalhada dos materiais e equipamentos mínimos necessários à execução do objeto, sem caráter exaustivo ou restritivo, encontra-se descrita neste Termo de Referência, podendo a Contratada empregar outros meios técnicos e operacionais equivalentes ou superiores, desde que previamente aprovados pela Fiscalização do Contrato e compatíveis com o objeto contratado.
- A Contratada **deverá disponibilizar bombonas plásticas rígidas**, de material compatível, devidamente identificadas e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, destinadas:
- Ao acondicionamento temporário de resíduos líquidos, quando aplicável, observadas as exigências da RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas correlatas;
- Ao acondicionamento de resíduos de serviços de saúde em unidades que não disponham de abrigo externo de resíduos, funcionando como recipiente primário ou intermediário, até a realização da coleta externa.
- As bombonas deverão possuir:
 - Capacidade compatível com a geração de resíduos da unidade;
 - Tampa com fechamento seguro;
 - Resistência mecânica e química adequada ao tipo de resíduo acondicionado;

- Identificação visível quanto ao grupo de resíduo (A, B ou E), conforme aplicável.
- O uso das bombonas não substitui o abrigo externo de resíduos quando este for exigido pela legislação, servindo exclusivamente como solução operacional complementar, de caráter transitório, para garantir a segregação, segurança sanitária e continuidade do serviço, sem prejuízo às normas ambientais e de vigilância sanitária.
- A Contratada será responsável pela higienização, manutenção, substituição e recolhimento das bombonas sempre que necessário, sem ônus adicional à Contratante.
- A utilização das bombonas não caracteriza inadequação da infraestrutura da unidade, tratando-se de medida operacional compatível com a realidade física das instalações existentes.

2.5 Rotinas a serem cumpridas

- A execução contratual observará as rotinas operacionais, métodos, procedimentos, frequência e periodicidade dos serviços descritos nos itens abaixo, bem como aqueles constantes do Anexo, que integram o presente Termo de Referência de forma complementar e indissociável, para todos os fins legais e contratuais.
- O início da execução do objeto dar-se-á no prazo de 01 dia, contados da emissão da Ordem de Serviço, observado o cronograma estabelecido pela Administração.
- A Contratada deverá executar os serviços de forma contínua, ininterrupta, eficiente e em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018, Resolução CONAMA nº 358/2005 e demais normas aplicáveis, garantindo a regularidade da coleta, pesagem, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)

2.6 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- Em razão das características da demanda acima descritas, o objeto da presente contratação — pesagem, coleta, transporte externo, tratamento e destinação/disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), dos grupos A (infectante), B (químico) e E (perfurocortante) — enquadra-se como serviço comum e continuado, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.
- Trata-se de serviço necessário à Administração Pública, de demanda permanente, cuja execução se estende por mais de um exercício financeiro e não admite solução de continuidade, sob pena de graves riscos sanitários, ambientais, legais e operacionais. Ademais, os padrões de desempenho, qualidade e execução encontram-se objetivamente definidos neste Termo de Referência e na legislação aplicável, sendo usuais e amplamente ofertados no mercado, o que caracteriza o objeto como comum.
- No âmbito da análise comparativa das alternativas, conforme exigido pelo art. 18 da Lei nº 14.133/2021, avaliou-se a possibilidade de execução direta pela Administração em contraposição à terceirização do serviço, concluindo-se pela inviabilidade técnica, econômica e operacional da execução direta, em razão, dentre outros fatores, de:
 - Necessidade de elevados investimentos em frota especializada, equipamentos específicos (autoclaves, incineradores ou sistemas equivalentes), instalações adequadas e licenciamento ambiental complexo e oneroso;
 - Exigência de manutenção de equipe técnica própria, permanentemente capacitada e treinada para o manejo de resíduos perigosos;
 - Responsabilidade direta pela obtenção e renovação de licenças e autorizações ambientais, sanitárias e de transporte;
 - Maior exposição do Município a riscos ambientais, sanitários e de responsabilização administrativa e civil.
 - Dessa forma, a contratação de empresa especializada, devidamente licenciada e tecnicamente habilitada, revela-se a solução mais vantajosa para a Administração, por assegurar segurança sanitária e ambiental, eficiência operacional, continuidade do serviço público essencial, conformidade legal e melhor relação custo-benefício, atendendo plenamente ao interesse público.

2.7 Especificação da garantia do serviço

2.7.1 A Contratada responderá integralmente pela qualidade, regularidade, segurança e conformidade dos serviços prestados, obrigando-se a executá-los em estrita observância ao presente Termo de Referência, ao contrato, à Lei nº 14.133/2021 e à legislação sanitária e ambiental aplicável.

2.7.2 Eventuais falhas, irregularidades, inconformidades ou descumprimentos identificados durante a execução contratual deverão ser sanados imediatamente, às expensas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e legais cabíveis.

2.7.3 A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante(s) formalmente designado(s) pela Administração, competindo à fiscalização verificar a conformidade da execução com as especificações técnicas, rotinas operacionais, frequência dos serviços, registros de pesagem, formulários de controle e demais obrigações contratuais.

2.7.4 O recebimento dos serviços dar-se-á de forma provisória e definitiva, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante atesto do fiscal do contrato, condicionado à comprovação da correta execução, da regularidade da prestação e da apresentação da documentação exigida para medição e pagamento.

2.7.5 O atesto ou o recebimento dos serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, falhas técnicas, danos ambientais ou descumprimento de normas legais, respondendo esta por todos os prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

2.7.6 O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no contrato e neste Termo de Referência, sem prejuízo da responsabilização civil, ambiental e penal, quando cabível.

2.8 Uniformes

2.8.1 Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

2.8.2 Os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser compatíveis com a natureza das atividades executadas, observando as normas de segurança do trabalho, sanitárias e ambientais aplicáveis, devendo contemplar peças adequadas para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse de custos aos empregados, nos termos da legislação trabalhista vigente.

2.8.3 O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário, adequadas à atividade de coleta, transporte e manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS):

- a) Calça comprida confeccionada em tecido resistente, de fácil higienização, com modelagem que permita mobilidade e proteção adequada;
- b) Camisa de manga curta ou longa, conforme a atividade e as condições climáticas, em tecido resistente, de cor clara ou padrão definido pela Contratada, com identificação da empresa;
- c) Colete ou jaqueta para proteção térmica, quando necessário, adequado às atividades externas;
- d) Avental impermeável, de uso obrigatório nas atividades de manuseio direto de resíduos, resistente a líquidos e agentes contaminantes;
- e) Capa de chuva, quando aplicável às atividades externas;
- f) Calçado de segurança fechado, impermeável, antiderrapante, com solado resistente a perfurações, conforme normas técnicas aplicáveis;
- g) Luvas de proteção, compatíveis com o tipo de resíduo manuseado (biológico, químico e perfurocortante);
- h) Máscara de proteção respiratória, adequada ao risco da atividade, conforme avaliação técnica e normas vigentes;
- i) Óculos de proteção ou protetor facial, quando necessário, para evitar contato com respingos e aerossóis;
- j) Touca ou proteção para os cabelos, quando aplicável.

2.8.4 A Contratada deverá fornecer **02 conjuntos completos de uniforme por empregado**, no início da execução do contrato, devendo proceder à substituição mínima de 01 (um) conjunto completo a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer tempo, sempre que os uniformes apresentarem desgaste, danos, perda de funcionalidade ou deixarem de atender às condições mínimas de higiene, segurança, conservação e apresentação.

2.8.5 A substituição dos uniformes deverá ocorrer no prazo máximo de **02 (duas) horas**, contado da comunicação formal da fiscalização do contrato, sem prejuízo da continuidade dos serviços e sem qualquer ônus adicional à Contratante.

2.8.6 O descumprimento das obrigações relativas ao fornecimento, conservação ou substituição dos uniformes e EPIs sujeitará a Contratada às sanções previstas neste Termo de Referência, no contrato e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

2.9 Procedimentos de transição e finalização do contrato

2.9.1 Considerando o caráter continuado e essencial do objeto, os procedimentos de transição e finalização do contrato terão por finalidade assegurar a continuidade da prestação dos serviços, observando, quando aplicável, as seguintes etapas:

- a) manutenção integral da prestação dos serviços até o término da vigência contratual, ressalvada a prerrogativa da Administração de promover a rescisão unilateral, por razões de interesse público devidamente motivadas, inclusive diante da adoção de solução superveniente mais vantajosa ou que não gere custos adicionais, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem que disso decorra ônus indenizatório, exceto quanto aos serviços efetivamente prestados e devidamente atestados.
- b) entrega dos registros finais de pesagem, formulários de coleta, MTR ou documentos equivalentes;
- c) regularização das pendências operacionais e retirada de equipamentos de propriedade da Contratada, sem prejuízo da continuidade do serviço;

d) apoio técnico mínimo à transição para eventual novo prestador, quando necessário, sem geração de ônus adicional à Contratante.

2.10 Declaração de Conclusão e de aceite dos Serviços

2.10.1 O Contratado, emitirá sobre sua reponsabilidade nos termos do Edital e da legislação que os serviços contratados foram concluídos. O gestor do contrato da mesma forma emitirá declaração de conclusão e aceite do serviço ou obra

2.10.2 Poderá o Gestor declarar a conclusão com ressalvas, referentes a garantias ou fatores não observáveis.

3. DA MATRIZ DE RISCOS

3.1 Os riscos inerentes à execução do objeto foram identificados, avaliados e alocados entre as partes, observando-se o disposto no art. 22 da Lei nº 14.133/2021, de modo a preservar o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade do serviço público.

3.2 Compete à Contratada assumir, dentre outros, os riscos relacionados a:

- a) Falhas Operacionais, Técnicas Ou Logísticas Na Execução dos Serviços;
- b) Obtenção, Manutenção E Renovação das Licenças E Autorizações Ambientais E Sanitárias;
- c) Indisponibilidade de Equipamentos, Veículos Ou Mão de Obra;
- d) Descumprimento de Normas Técnicas, Ambientais E Sanitárias.

3.3 Compete à Contratante Assumir s Riscos Relacionados a:

- a) Atrasos Nos Pagamentos, Quando Devidamente Atestada a Execução dos Serviços;
- b) Alterações Unilaterais Nos Termos Permitidos Pela Legislação;
- c) Variações Quantitativas Dentro dos Limites Legais.

4. DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

5. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

5.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

5.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

5.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

5.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

5.7 Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas

médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

6. DO VALOR DO TERMO CONTRATUAL

6.1 Os contratantes estimam o valor do presente instrumento pela importância global de R\$ _____ (_____).

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

7. DO REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/04/2026.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

8. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1 O requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá ser apresentado ao CONTRATANTE acompanhado de todos os subsídios necessários à sua análise.

8.2 O pedido deverá ser instruído pelo gestor com as justificativas pertinentes e os documentos que comprovem a procedência do pleito, a regularidade fiscal da CONTRATADA, e sua manifestação acerca do deferimento, sob pena do seu liminar indeferimento.

8.3 Caberá ao gestor analisar, inclusive, se o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro não se encontra alocado nas cláusulas contratuais de alocação de riscos.

8.4 Os novos preços somente vigorarão a partir da celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9. DO PAGAMENTO

9.1 Recebimento

9.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou

instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

9.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2 Liquidação

9.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3 Prazo de pagamento

9.3.1 O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias contados da finalização da liquidação da despesa, para contrato de obras e no 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente para os demais casos.

9.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

9.4 Forma de pagamento

9.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5 Cessão de crédito

9.5.1 Não serão admitidas cessões de crédito não fiduciárias.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

h) Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

- indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

i) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

k) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 90 (noventa) dias;

m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

n) Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

o) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

d) O CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos;

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

e) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

f) Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

g) Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

h) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

i) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

j) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos

empregados que preencheram as referidas vagas;

k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

m) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

n) Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

o) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

p) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

q) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

r) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

s) Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

t) Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

v) Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

w) Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

x) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

y) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

z) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

aa) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

bb) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

cc) Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

dd) Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

ee) Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

ff) Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

gg) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

hh) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao Contratante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- Multa:
 - Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias
 - Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
 - Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.9 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.10 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante; e
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.14 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.15 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.17 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5%** (cinco por cento) do valor anual da contratação.

14.2 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

14.3 A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

14.4 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

14.5 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

14.6 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

14.7 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

14.8 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.9 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

14.10 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

14.11 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

14.12 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

14.13 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

14.14 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

14.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.16 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

14.17 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

14.18 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.19 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.20 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

14.21 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

14.22 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

14.23 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

14.24 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

14.25 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

14.26 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

14.27 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste instrumento.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 Os recursos necessários para fazer frente as despesas do presente contrato onerarão a (s) dotação (ões) orçamentária (s):

Dotação	Programa de Trabalho	Código Orçamentário	Fonte de Recurso

15.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DA LGPD

16.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.2 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- Das indenizações e multas.

17.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.7 O CONTRATANTE poderá ainda:

- nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

17.8 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. DAS ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1 O objeto será recebido:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, se outro não tiver sido o prazo estipulado no referido ajuste.

21. DO FORO

21.1 Para dirimir as questões que porventura surgirem no cumprimento deste termo contratual, e que não forem resolvidas administrativamente, será competente o foro da Comarca de Mogi Mirim (SP), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22. DAS COMUNICAÇÕES E DO GESTOR

22.1 O encaminhamento de cartas e documentos recíprocos referentes a este contrato, serão consideradas como efetuadas, se entregues através de protocolo aos destinatários abaixo:

CONTRATANTE:
CONTRATADA:

22.2 De acordo com o Decreto 8436/2021, além da designação neste instrumento deverá ser expedida portaria, ficando a seu encargo o gerenciamento das comunicações e pedidos do material, verificação de prazo de entrega e vigência do Contrato, tramitação de notas fiscais junto a Secretaria de Finanças, bem como outros atos que se referem a este.

E assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitas todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente, firmando-o, para um só efeito.

CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO OU ENTIDADE

Nome:	
Cargo:	

CPF:	
Período de gestão:	

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração de Atualização Cadastral” ora anexada (s).

MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM

NOME DO SECRETÁRIO

PASTA

Responsável pelo preenchimento

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

CONTRATO Nº(DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO(S): (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome:

Cargo:

CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome:

Cargo:

CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: [PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO]

Nome:

Cargo:

CPF:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Parecer Jurídico

Nome:

Cargo:

CPF:

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer

conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

Nº: CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro (amos), na qualidade de responsável (eis) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

OU

Declaro (amos), na qualidade de responsável (eis) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

LOCAL e DATA:

RESPONSÁVEL: (nome, cargo, e-mail e assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Nunes, Secretário**, em 23/04/2026, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mogimirim.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0430236** e o código CRC **7F66ACC6**.
